



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS**

AGNIS MIRIAN DA SILVA CORRÊA

**De costas para o rio? As reformas urbanas de saneamento ambiental e a
disputa pelo direito a cidade em Belém**

**BELÉM - PA
2025**

AGNIS MIRIAN DA SILVA CORRÊA

De costas para o rio? As reformas urbanas de saneamento ambiental e a disputa pelo direito a cidade em Belém

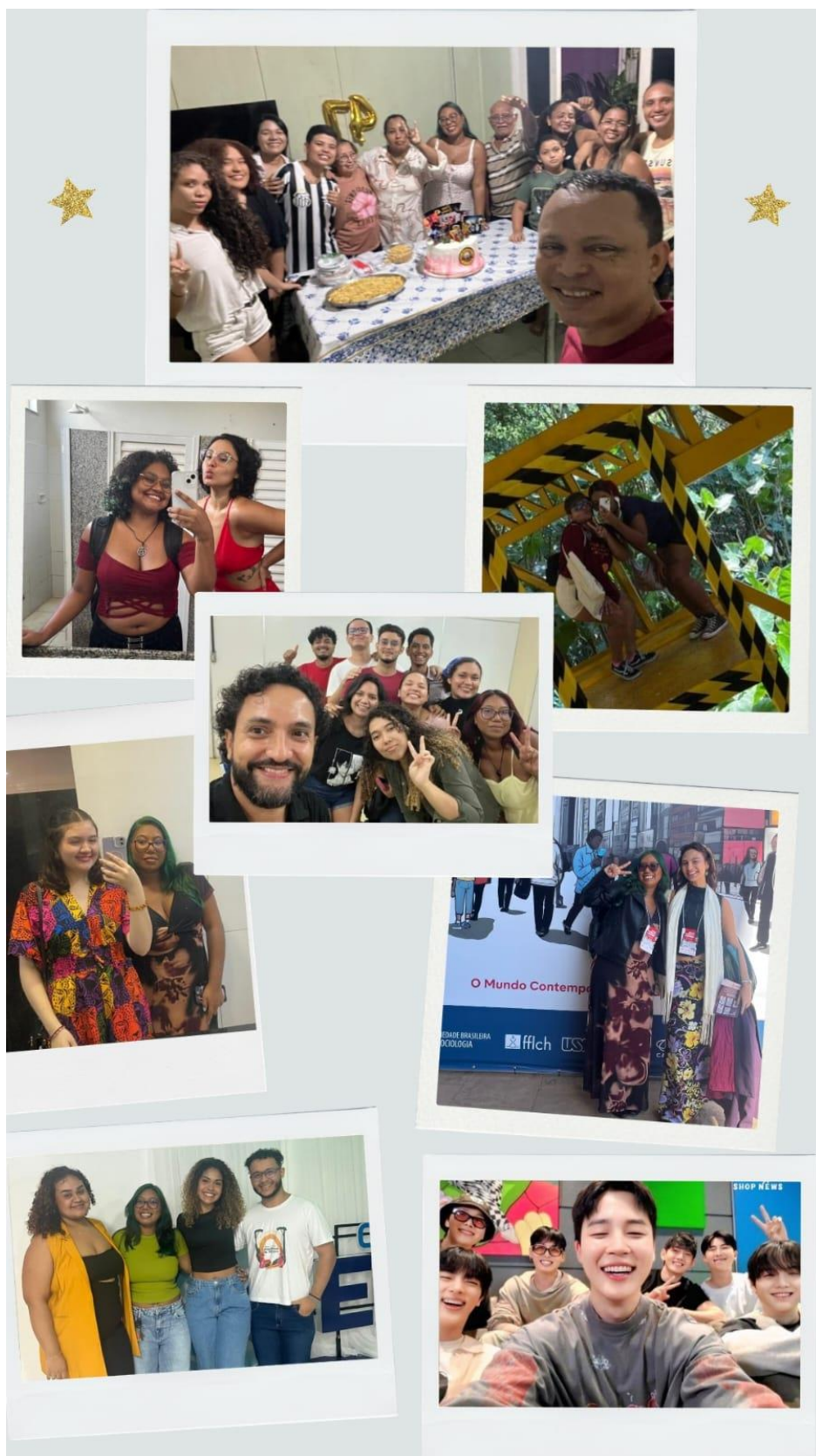
Trabalho de Conclusão de Graduação apresentado à Faculdade de Ciências Sociais, do Campus Universitário do Guamá de Belém, como requisito para obtenção do título de bacharel em Ciências Sociais

Orientador: Prof. Dr. Carlos Freire da Silva

**BELÉM - PA
2025**

Dedicatória

Às pessoas que sempre acreditaram e torceram por mim.



Agradecimentos

Primeiramente, gostaria de agradecer aos meus amados avós, Maria das Graças e Aguinaldo, que sempre fizeram e fazem do impossível possível por mim e pela família. Especialmente por eles, fui capaz de seguir adiante com meus sonhos e objetivos. Sou muito grata por toda ajuda, palavra de incentivo, amor e todo carinho. Obrigada por me proporcionarem uma vida tão cheia de apoio, que minhas únicas preocupações sempre foram somente realizar os meus sonhos. Amo vocês com cada pedacinho de mim.

Gostaria, em seguida, de agradecer imensamente aos meus pais, Alessandra e Alexandre, também por todo amor e apoio. Sem a constante ajuda e o afeto de mãe, eu não conseguiria chegar aonde cheguei. Todo o esforço valeu a pena; todas as vezes em que você não desistiu por mim também valeram. Ao meu pai — que sabe, assim como eu, que laços afetivos são muito mais fortes do que qualquer laço de sangue — obrigada por toda ajuda, por todas as conversas e por todas as dicas acadêmicas na sala de casa, enquanto eu escrevia e reescrevia este trabalho. Amo vocês mais que tudo na vida.

Agradeço a todos os meus outros familiares, pois, sem a ajuda deles, nada disso também teria acontecido. Aos meus tios e tias, primos e primas, e à minha querida madrastra, que se tornou alguém tão especial para mim. Tia Charlene, que tenho como uma segunda mãe, a Kelly, Nelma, Alexandro, Cleiton, Conceição, Cláudia, Italo e Victória... todo o meu agradecimento e carinho.

Às minhas crianças mais preciosas, pelas quais daria a vida, Samuel e Luís Eduardo: o amor que sinto por vocês nunca poderá ser explicado. Espero um dia ser e dar para vocês o apoio que tanto recebo. Agradeço a vocês por cada risada e brincadeira, que me tiravam um pouco do peso da vida adulta.

À minha parceira de vida, meu amor, Jéssia, muito obrigada por todo amor e companheirismo. Obrigada por me ouvir falar sobre esta pesquisa todos os dias durante mais de dois anos, obrigada por cada dica, cada ajuda, cada aconchego e afago nos dias em que eu pensava que não iria conseguir. Te amo muito, meu amor.

Agradeço também aos meus amigos e amigas por todas as trocas, por todas as correções, por todos os debates, por todas as vezes em que vocês se disponibilizaram a ler meus textos e me ajudar. Obrigada, Helena, Marina, Gabriella, Vitória, Márcia, Sarah, Renan, Catarina, Ivaneza e todos os outros que me ajudaram e apoiaram durante esses anos de formação.

Um agradecimento especial ao meu orientador, que acreditou e confiou na minha pesquisa desde o início. Carlos, eu sou imensamente grata por tudo o que você me proporcionou, direta e indiretamente, na vida acadêmica. Obrigada pelas conversas e, principalmente, pelo seu excelente trabalho enquanto professor e orientador. É muito gratificante trabalhar com alguém que te faz sentir ouvida, que te ajuda sempre mais do que o esperado e que ama o que faz. Você é um exemplo de profissional, mas, acima de tudo, é um exemplo de ser humano. Não tenho palavras para expressar o quanto eu agradeço a você e à sua orientação. Espero que este pequeno agradecimento te ajude a entender toda a minha admiração por você e pelo seu trabalho.

Gostaria de agradecer também às professoras Nelissa e Mônica, que se disponibilizaram, mesmo em meio a tantas coisas, a me ajudar nessa última etapa da minha graduação. Muito obrigada por fazerem parte deste ciclo. É muito bom saber que mulheres tão grandes também irão me ajudar a crescer.

Por fim, quero agradecer ao Bangtan Sonyeondan (BTS), grupo que me ajudou a superar muitas fases da vida. Sem a música dos meninos, a vida seria muito mais cinza. Cada vídeo, música, risada e show sempre me ajudam a não esquecer o amor-próprio. Mesmo tão longe, eles têm me ajudado a encontrar confiança em mim mesma há quase uma década, desde que virei ARMY. Agradeço também por cada pessoa especial que eles me trouxeram, pessoas que levo na vida e que se tornaram parte essencial de quem eu sou. Eles me trouxeram a Verônica, Lia, Juliana, Lebi, Mabi e Gina, amigas que começaram pelo amor que sentíamos por eles, mas que se tornaram muito mais.

Muito obrigada a todos por todo amor e carinho. Amo vocês.

Epígrafe

“Eu posso ter cometido um erro ontem, mas o eu de ontem ainda sou eu. Hoje, eu sou o que sou com todos os meus defeitos e erros. Amanhã, eu posso ser um pouco mais sábio, e isso também será eu. Essas falhas e erros são o que eu sou, compondo as estrelas mais brilhantes da constelação da minha vida. Eu aprendi a me amar pelo que eu sou, pelo que eu fui, e pelo que eu espero me tornar.”

Kim Namjoon, líder do BTS.

Título:

De costas para o rio? As reformas urbanas de saneamento ambiental e a disputa pelo direito a cidade em Belém

Resumo: O presente trabalho analisa as transformações urbanas e socioespaciais decorrentes das obras do Programa de Saneamento da Bacia da Estrada Nova (PROMABEN) no contexto da preparação de Belém para sediar a COP30. A cidade, historicamente marcada pela desigualdade e pela segregação das populações negras, ribeirinhas e de baixa renda nas áreas de baixada, vive atualmente um processo de modernização acelerado que retomam as antigas práticas de exclusão. O problema central da pesquisa consiste em compreender de que forma os discursos oficiais de requalificação urbana, associado a COP30, justifica a expulsão e valorização seletiva dos espaços, a partir da reprodução do racismo ambiental e do neoliberalismo urbano, bem como reforça as questões de gênero e raça nesses espaços. A investigação foi desenvolvida a partir de uma abordagem qualitativa e quantitativa, utilizando análise documental e bibliográfica, dados do Censo e relatórios do PROMABEN. Ao contrário dos discursos que tratam das mazelas da cidade como decorre da falta de planejamento, vemos que o planejamento faz parte do problema o próprio modo como o projeto é concebido.

Palavras-chave: Baixadas; COP30; PROMABEN; Racismo Ambiental, Saneamento Ambiental.

Abstract

Title: Back to the river? Urban Reforms, Environmental Sanitation and the struggle for the right to the city in Belém

Summary: This research examines the urban and socio-spatial transformations driven by the Programa de Saneamento da Bacia da Estrada Nova (PROMABEN) in the context of the preparation of Belém to host COP30. The city, historically marked by inequality and segregation of black, riverside and low-income populations in “baixadas” areas, the city is currently undergoing an accelerated modernization process that reproduces old exclusionary practices. The central question of this study is how the official discourses of urban requalification, associated with COP30, justifies the expulsion of residents and selective valorization of spaces, reinforcing environmental racism and urban neoliberalism, as well as

perpetuating gender and race inequalities in these territories. The research adopts a qualitative and quantitative approach, combining documentary bibliographic analysis with census data and PROMABEN reports. Unlike narratives that attribute the city's challenges to a lack of planning, this study argues that planning itself is part of the problem, as it reflects the very logic through which these projects are conceived.

Keywords: “Baixadas”; COP30; PROMABEN; Environmental Racism, Environmental Sanitation

SUMÁRIO

SUMÁRIO.....	9
Introdução	10
CAPÍTULO 1 - Processo histórico de favelização em Belém. Bairro do Jurunas e expulsão das baixadas.....	12
1.1 Dinâmica histórica de ocupação/formação de Belém	12
1.2 A questão racial na formação de Belém	16
1.3 Favelização do Brasil	17
1.4 Marginalização espacial e racialização urbana	19
1.5 Transformação das baixadas a partir das obras de saneamento em Belém	20
CAPÍTULO 2 – Políticas urbanas, programas e intervenção nas baixadas.....	27
2.2 O início das intervenções urbanas: Portal da Amazônia e Projeto Tucunduba	27
2.3 Saída da Região Metropolitana de Belém e seus efeitos	36
2.4 Modernização seletiva, capitalismo e produção desigual do espaço urbano	38
2.5 Direito à Cidade e Resistência Popular	40
CAPÍTULO 3 Reformas Urbanas e Higienização: Uma perspectiva de gênero e raça.	44
3.1 Trabalho, cuidado, gênero no capitalismo	44
3.2 PROMABEN e racismo ambiental	47
3.3 mulheres chefes de família no PER	50
Conclusão	54
REFERÊNCIAS	56

Introdução

Belém, capital do estado do Pará, é uma cidade marcada historicamente pela ligação com os rios e igarapés que percorrem a cidade, além disso, foi, desde sua formação, inserida a partir de processos de urbanização que consolidaram profundas desigualdades socioespaciais. Desde sua fundação, em 1616, a cidade foi estruturada a partir do interesse pelas áreas centrais e mais altas, destinadas as elites políticas e econômicas. Com o avanço da urbanização, as áreas alagadiças passam a ser ocupadas por populações negras, indígenas e mestiças de baixa renda, conhecidas posteriormente como baixadas. Essas populações, ao longo do tempo, foram circulando pela cidade e desenvolvendo modos de próprios de habitar e se relacionar com o ambiente, construindo sua identidade a partir dos usos do rio e a economia popular. Entretanto, a história urbana de Belém revela que, em nome da modernização, essas mesmas áreas têm sido alvo de intervenções que frequentemente resultam na remoção e invisibilização de seus moradores.

Nos últimos anos, Belém tem ganhado destaque internacional por ter sido escolhida como sede da 30ª Conferência das Partes das Nações Unidas Sobre Mudanças Climáticas (COP30). Entretanto, a preparação para o evento tem intensificado processos de transformação urbana que já estavam em vigor a mais de uma década, e retomam antigas práticas de exclusão social e racial. Nesse contexto, o Programa de Saneamento da Bacia da Estrada Nova (PROMABEN) ocupa papel central. Criado a mais de dez anos, o PROMABEN foi concebido para promover obras de drenagem, saneamento e requalificação ambiental em bairros de baixada, como Jurunas, Condor, Cremação, dentre outros. Entretanto, o que se observa é que a realização da COP tem acelerado as obras já em curso, reproduzindo e escancarando uma dinâmica de desigualdade que acompanha a cidade desde sua formação.

Dessa forma, esse trabalho tem como objetivo geral analisar as transformações urbanas e socioespaciais promovidas pelo Programa de Saneamento da Bacia da Estrada Nova (PROMABEN) no contexto da preparação de Belém para a COP30, discutindo de que forma essas intervenções refletem e intensificam processos de racismo ambiental e gentrificação nas áreas de baixada, com foco no bairro do Jurunas. Os objetivos específicos consistem em compreender o processo histórico de formação de Belém e das baixadas, destacando a ocupação desigual do espaço urbano; identificar os impactos sociais e territoriais do PROMEBEN; analisar como o racismo ambiental e o neoliberalismo urbano se expressam nas políticas de requalificação e saneamento; e investigar o papel do trabalho, do gênero e da raça na

manutenção e reprodução da cidade, com especial atenção as mulheres chefes de família atingidas pelos reassentamentos.

A metodologia utilizada combina abordagens qualitativas e quantitativas. O caráter qualitativo se expressa na análise crítica de relatórios, documentos institucionais e produções acadêmicas que discutem o urbanismo e o racismo ambiental em Belém, enquanto o caráter quantitativo se fundamenta no uso de dados estatísticos do Censo Demográfico do IBGE, em que o período analisado foi dos anos 2010 a 2022, que corresponde ao intervalo de tempo em que Belém perdeu cerca de 90 mil pessoas, a utilização desse método ajudou a compreender os efeitos das transformações urbanas em curso na expulsão de populações periféricas. A pesquisa é de natureza descritiva e documental, baseada na análise de fontes como o Programa Específico de Reassentamento (PER), Plano de Gestão Ambiental (PGA) do PROMABEN. Em torno dessa problematização procuramos articular um campo de interlocução entre autores como David Harvey (2008), Ananya Roy (2011), Carmen Rodrigues (2006), Cláudia Pessoa (2024), Abelém (2018), Lucas Lobato (2024) dentre outros que abordam temas que se qualificam para o trabalho.

O trabalho está estruturado em três capítulos, além da introdução e considerações finais. O primeiro capítulo apresenta a formação histórica de Belém e a consolidação de um modelo urbano excludente, evidenciando como a ocupação das baixadas se relaciona a segregação social e racial desde o período colonial até as transformações recentes impulsionadas pela COP30. O segundo capítulo analisa as políticas urbanas e as intervenções nas baixadas, com destaque para o PROMABEN, o Portal da Amazônia e o Projeto Tucunduba, discutindo como essas obras, apesar de apresentadas como soluções técnicas, intensificam um padrão de modernização seletiva que transforma o espaço popular em território de interesse econômico. Por fim, o terceiro capítulo aprofunda discussões sobre trabalho, gênero e raça, observando como as transformações urbanas impactam de forma desigual as mulheres negras e chefes de família, relevando o caráter racializado e patriarcal do racismo ambiental nas políticas de requalificação.

CAPÍTULO 1 - Processo histórico de favelização em Belém. Bairro do Jurunas e expulsão das baixadas.

1.1 Dinâmica histórica de ocupação/formação de Belém

A história urbana de Belém está profundamente ligada à sua geografia de rios e igarapés urbanos, seja no centro ou nas baixadas da cidade. Esses elementos moldaram tanto a ocupação do território quanto as consequências referentes as desigualdades no tecido urbano. Compreender a formação de Belém significa olhar para um processo histórico que combina colonização, escravidão e políticas de ordenamento que definiram quem poderia ocupar determinados espaços. Neste capítulo, busca-se compreender como essa divisão espacial foi construída ao longo do tempo, revelando marcas do passado que ainda estruturam as transformações recentes de Belém.

A cidade de Belém foi fundada em 1616, com a construção do forte do presépio, marco inicial da ocupação portuguesa em nossas terras. A instalação desse núcleo urbano tinha como objetivo estratégico consolidar a coroa portuguesa na região Amazônica, garantindo o controle da navegação dos rios bem como proteger o território da ameaça das invasões estrangeiras, principalmente da francesa, inglesa e holandesa (Mendes, 2018). Com isso, a formação de Belém se vincula diretamente ao projeto de expansão e defesa militar do império português.

Poucos anos após a sua fundação, em 1627, a coroa portuguesa instituiu um sistema de planejamento urbano conhecido como Primeira Légua Patrimonial concedido à Câmara Municipal de Belém para a organização e o desenvolvimento da cidade. A área concedida atendia cerca de aproximadamente 4.110 hectares. Essa faixa de terras, medida a partir do Forte do Castelo, foi distribuída entre militares, colonos e ordens religiosas, estruturando juridicamente o crescimento urbano inicial. A Primeira Légua constituiu-se como base territorial da cidade e, ao mesmo tempo, como um mecanismo de concentração fundiária, já que grandes porções ficaram sob controle de poucos agentes, consolidando desigualdades no acesso à terra que se reproduzem ao longo da história da capital paraense.

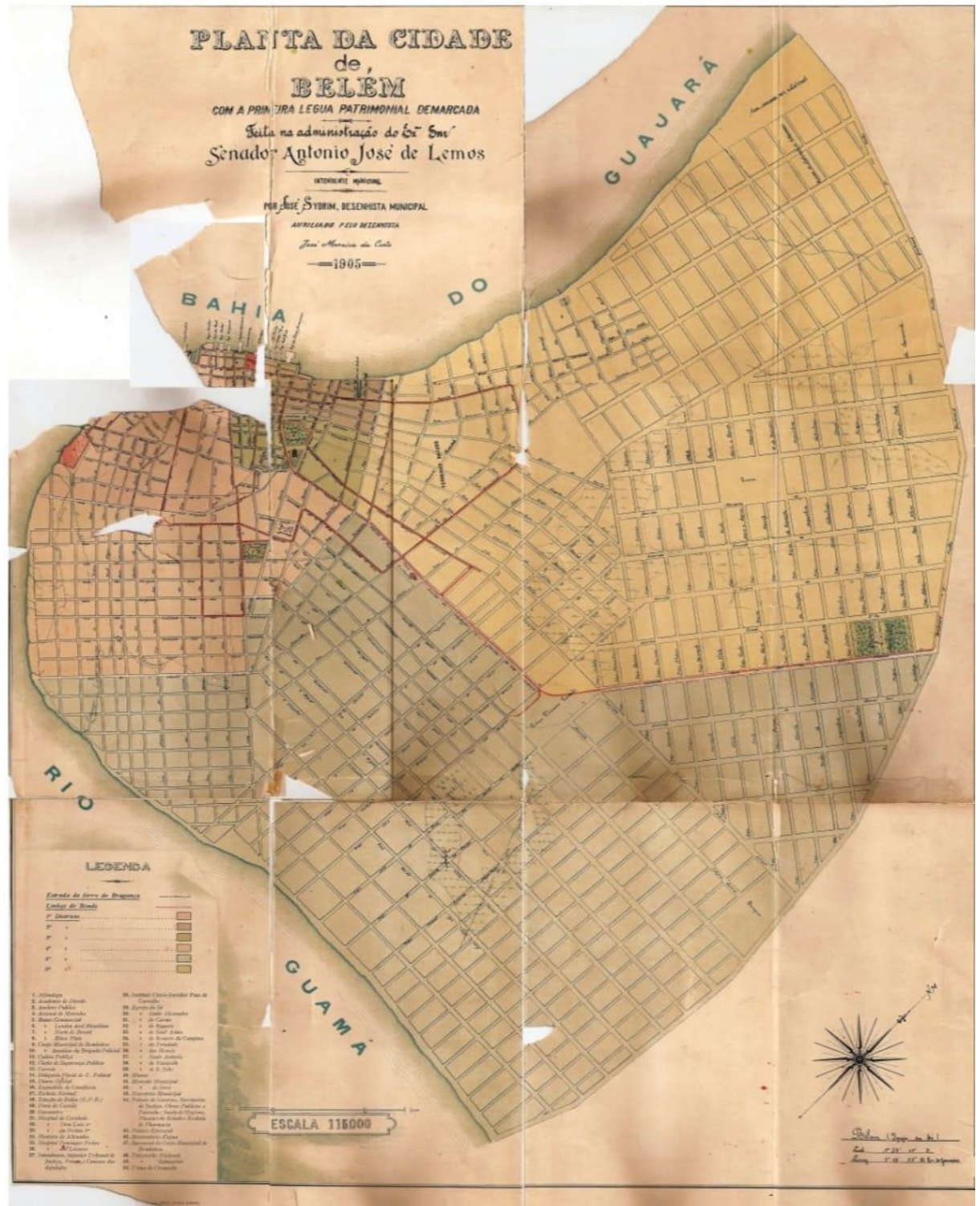
A configuração espacial de Belém, desde o período colonial, já expressava uma divisão social marcada. As áreas mais altas e salubres eram ocupadas pelas elites, enquanto as várzeas e baixadas foram destinadas às populações indígenas, pobres e, posteriormente, à população negra escravizada. Essa ocupação desigual estruturou um modelo urbano segregador, em que o centro da cidade concentrava as atividades administrativas, religiosas e comerciais, sobretudo

em torno do porto, enquanto os grupos subalternizados eram empurrados para áreas alagadiças e insalubres (Abelém, 1982).

Apesar de fundada em 1616, a região metropolitana de Belém foi criada oficialmente em 1973, durante o período militar, como parte de uma estratégia nacional para articular o planejamento urbano e regional. Nesse período, a Região Metropolitana comportava 4 principais regiões do Pará: Belém, Ananindeua, Benevides e Santa Bárbara. A justificativa para integrar essas regiões era justamente acompanhar o crescimento acelerado de Belém em escala regional. Nesse período, muitos habitantes removidos das baixadas e vindos do interior ocuparam áreas fora da primeira légua patrimonial, em cidade vizinhas. Essa expansão gerou a chamada “cidade dispersa” (Trindade, 1998).

Com o passar dos séculos, a cidade expandiu-se para além dos limites da Primeira Légua, mas as marcas dessa demarcação continuaram a orientar as formas de ocupação e o ordenamento urbano. No início do século XX, o mapa elaborado por José Sydrim em 1905, a serviço do então senador Antônio José de Lemos, resgatou e reinterpretou o traçado original da Primeira Légua como base para o planejamento urbano da época (SILVA et al, 2016).

Imagem 1 – Planta da cidade de Belém com a Primeira Légua Patrimonial demarcada (1905)



Fonte: José Sydrim, 1905. Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico do Pará (IHGP)

A figura acima apresenta a planta da cidade de Belém elaborada por José Sydrim evidenciando o traço da Primeira Léguas Patrimonial. Esse documento cartográfico marca um momento importante da história urbana da cidade. No mapa, observa-se a delimitação das quadras próximas ao centro, correspondendo as áreas mais valorizadas e planejadas, em contraste com as periferias em expansão. Assim, o mapa manteve o padrão de desigualdade espacial.

Mesmo assim, a expansão acabou por dar continuidade a lógica centralizadora e desigual que foi herdada do período colonial, concentrando os investimentos somente nas áreas mais altas. Dessa forma, a Primeira Léguas ajuda a compreender esse marco territorial como símbolo da continuidade histórica da segregação socioespacial de Belém, ligando a estrutura fundiária do período colonial as desigualdades que se aprofundariam nas décadas seguintes, sobretudo com os projetos urbanos da *Belle Époque* e, mais tarde, durante o regime militar.

Assim, quando falamos sobre a formação de Belém, chamo atenção a característica central da sua urbanização, que parte principalmente de decisões políticas que reforçam ainda mais as desigualdades já existentes, ou seja, a formação metropolitana está diretamente ligada a exclusão das populações pobres e racializadas dos espaços centrais de Belém em todas as fases da sua construção. Por isso, decidi separar as principais transformações urbanas de Belém em 4 períodos: Sua fundação, em 1616; Belle Époque; o período militar brasileiro e por fim o mais recente, as transformações decorrentes da COP30

Ao longo dos séculos, a cidade consolida o tecido urbano e durante o ciclo da borracha, tem seu território urbano marcado principalmente pela desigualdade socioespacial, no final do século XIX e início do XX, quando o auge econômico da Belle Époque amazônica centrou investimentos em modernização urbana. O modelo adotado por Belém durante o período seguiu uma lógica ligada ao modelo europeu, com objetivo de modernizar a cidade e atrair investimentos, porém, essas reformas priorizaram o embelezamento das áreas centrais e altas, expulsando usos populares e empurrando as populações de baixa renda para as margens e áreas alagadiças, o que consolidou a formação desigual da capital (Lobato, 2024).

Enquanto a elite desfrutava dessa modernização, as áreas alagadiças, conhecidas como baixadas, permaneceram como espaços de ocupação popular, desvalorizados no mercado imobiliário e sujeito a inundações periódicas (Cardoso; Ventura, 2013). Essas baixadas, como Jurunas, Condor, Terra Firme e Guamá, foram historicamente habitadas por populações ribeirinhas oriundas de ilhas próximas, que acabaram por trazer consigo modos de vida ligadas

às práticas ribeirinhas e a relação com o uso dos rios, como o comércio fluvial e a circulação em embarcações. A antropóloga Carmen Rodrigues (2006) define bem os moradores desses territórios quando os nomeia de “ribeirinhos urbanos”, cuja identidade territorial se constrói por meio de redes de parentesco, vizinhança e práticas econômicas vinculadas ao rio, e sendo o Jurunas, por exemplo, um dos bairros de baixada com uma maior reprodução dessa identidade.

Voltando a década de 1970, no contexto da ditadura militar, Belém vivenciou um crescimento acelerado impulsionado principalmente pelas políticas de migração e pela abertura das rodovias, no âmbito do Programa de Integração Nacional (PIN). As baixadas também recebem grande parte desse fluxo, mas com objetivos diferentes, passam a ser alvo de obras de aterro e canalização, acompanhadas de legislações como o código de postura de 1978, que impunha padrões construtivos incompatíveis com a renda de seus moradores, esse dispositivo legal operou como mecanismo de remoção formalizada (Abelém, 2018), permitindo que moradias fossem demolidas e famílias deslocadas sob a justificativa de reordenamento urbano. Esses grandes projetos, ao longo da formação e crescimento de Belém, como a *belle époque* e a ditadura militar mostram como Belém foi planejada a partir de interesses de “desenvolvimento” que se inscreviam em lógicas que muitas das vezes não respeitava as características geográficas da cidade.

O saneamento básico nas baixadas tornou-se campo privilegiado para compreender as relações entre planejamento urbano e desigualdade ambiental. No bairro da Terra Firme, a transformação do Lago Verde em canal do Tucunduba, mostra que, longe de resolver problemas, geram impactos que afetam a segurança financeira, a saúde física e emocional e as práticas socioculturais das moradoras (Pessoa, 2024). Assim como Rodrigues (2006), Cláudia Pessoa (2024) também entende que a desigualdade ambiental e essas reformas vulnerabilizam não apenas as questões econômicas, mas também a própria identidade desses sujeitos, e que as soluções técnicas muitas das vezes rompem os vínculos históricos com o espaço.

1.2 A questão racial na formação de Belém

É importante ressaltar que a formação e ocupação desses espaços não foi feita de forma pacífica. Os povos indígenas que habitavam essas regiões resistiram à ocupação, o que resultou em conflitos, alianças forçadas e massacre de boa parte das populações originárias. Segundo Neves (2022), a formação de Belém ocorreu sobre o apagamento da ancestralidade indígena, á que o território conhecido como Mairi, habitado pelos Tupinambá e outros povos Tupi, foi ressignificado pela colonização europeia, que impôs uma memória branca e silenciou as

presenças indígenas que construíram a cidade. A formação de Belém deve, portanto, ser compreendida como parte de um processo de imposição colonial e consequentemente racial, em que a violência contra populações originárias foi central para o domínio do território.

A formação social e econômica de Belém do Pará sempre esteve atravessada pela questão racial, desde os primeiros momentos da cidade. Como mostra Vicente Salles (1992), Belém se estruturou sobre uma base escravista em que negros, indígenas e mestiços tiveram papel essencial na construção da vida urbana, mas foram sistematicamente afastados das esferas de poder e de reconhecimento. À margem da escravidão, consolidou-se a classe dos libertos, pessoas que, mesmo após a abolição, enfrentavam condições precárias de vida, ausência de terras e poucos meios de inserção social. Essa população, composta em grande parte por negros e mestiços, era constantemente vigiada e tratada com desconfiança pelas autoridades, que temiam suas articulações culturais e políticas. Essa estrutura racializada de exclusão, presente desde a origem da cidade, moldou as hierarquias sociais e influenciou diretamente os movimentos populares que surgiram mais tarde, como a própria Cabanagem.

Salles (1992) destaca que a organização racial do espaço em Belém reproduziu, ao longo dos séculos, o mesmo sistema de dominação herdado do período colonial, no qual a cor da pele definia o acesso à cidadania, ao trabalho e ao prestígio social. Mesmo com o fim formal da escravidão, os estigmas raciais permaneceram como mecanismos de controle e subordinação. A população negra e mestiça, concentrada nas áreas periféricas e nas chamadas “cabanas” insalubres, formou o núcleo mais ativo e combativo da sociedade paraense, especialmente durante o levante cabano. Por isso, entender a formação de Belém implica reconhecer que sua construção histórica esteve profundamente marcada pela exploração e pela resistência das populações negras, indígenas e mestiças que deram origem à cidade. Compreender a inserção racial na formação de Belém permite compreender as desigualdades estruturais que atravessam o espaço urbano e social de cidade, abrindo caminho para as discussões abordadas ao longo do trabalho.

1.3 Favelização do Brasil

O trabalho intitulado *Ensaio de Economia Regional e Urbana*, publicado em 2008 por Da Mata et al. argumenta que o processo de favelização das cidades brasileiras está intrinsicamente ligado as contradições do modelo de urbanização no país. Para eles, as favelas são parte construtiva da cidade, não apenas espaços marginais ao sistema urbano. Em 2000,

cerca de seis milhões de pessoas viviam em favelas no Brasil (Da Mata et al, 2008), o que representava aproximadamente 6% da população urbana. Esse crescimento tem uma forte ligação com o próprio histórico brasileiro de ocupação de terra por parte de grupos marginalizados.

Lojas, porões, cortiços, barracos construídos na periferia da cidade passam então a ser alternativas encontradas pelo escravo para construir um espaço de vida para si, independente do controle do senhor. [...] Além disto, o ganho ensejava ao cativo a possibilidade de gerir seu próprio tempo e seu ritmo de trabalho, permitindo também o reagrupamento daqueles que possuíam as mesmas origens étnicas e culturais. (GOMES, 1990, p.10)

Tendo em vista que as cidades brasileiras têm relação entre o escravismo e as formas de estruturação e funcionamento das cidades, não é incomum os dados indicarem que as cidades maiores e economicamente mais dinâmicas, sejam também aquelas que concentram maior número de favelas. (Gomes, 1999; Da Mata et al, 2008). Essa constatação reforça o papel da desigualdade do mercado imobiliário formal como determinante da expansão dos assentamentos informais. Como aponta DA Mata, as favelas não emergem apenas da pobreza absoluta, mas da exclusão sistemática de parcelas da população a terra urbanizada, o que leva a ocupação de áreas de risco.

Outro aspecto relevante é a distribuição espacial da favelização. Embora a concentração nas áreas centrais ainda seja significativa, existe uma tendência da expansão para as periferias urbanas.

Ainda em Da Mata (2008), podemos observar que o Sudeste concentra um maior número absoluto de habitantes de favela, enquanto a região Norte apresenta os maiores percentuais relativos de população favelada. O Nordeste, nesse aspecto, aparece como a segunda maior taxa de crescimento das favelas no período analisado. Por outro lado, o Centro Oeste, que experimentou forte crescimento econômico e populacional entre 1970 e 2000, foi a única região em que a taxa de crescimento de favelas ficou abaixo da média nacional, evidenciando a relação entre dinamismo econômico e a capacidade de absorção de migrantes em habitações formais. Assim, a favelização no Brasil pode ser compreendida como produto das estruturas socioeconômicas e políticas urbanas.

A Central Única das Favelas (CUFA) tem atuado em Belém para mapear as favelas e promover ações de inclusão social e cidadania. Na Folha de S. Paulo, é mostrado que, apesar dos esforços, a cidade ainda enfrenta dificuldade para integrar as áreas de baixada, ao

planejamento urbano, o que acaba agravando os problemas que existem na cidade, com a falta de infraestrutura básica.

A chegada da COP30 intensificou essa lógica. Obras aceleradas pela urgência do megaevento, como a duplicação da Avenida Bernardo Sayão, têm levado à remoção de famílias, majoritariamente negras e de baixa renda, alterando o perfil demográfico e econômico dos bairros (Peixoto; Silva, 2015). No caso do Jurunas, a substituição de casas autoconstruídas e palafitas por vias pavimentadas e espaços paisagísticos representa não apenas uma mudança física, mas também a transformação simbólica do rio: de espaço de trabalho e vida, ele passa a ser apropriado como paisagem para consumo turístico.

Diante desse quadro, a história de Belém evidencia uma disputa constante pelo direito à cidade. As intervenções urbanas nas baixadas, ainda que apresentadas como melhorias, muitas vezes se convertem em dispositivos de exclusão, apagando identidades e rompendo práticas que resistem há gerações. As vozes de moradores, como as registradas por Rodrigues (2006) e Pessoa (2024), mostram que a permanência e o fortalecimento das relações ribeirinhas são formas de resistência frente a um planejamento que privilegia a valorização fundiária e a imagem internacional da cidade em detrimento da justiça socioambiental.

1.4 Marginalização espacial e racialização urbana

Ao longo do século XX, especialmente nas décadas de 1950 e 1960, o crescimento populacional de Belém intensificou a pressão sobre as áreas centrais, resultando em novas ondas de ocupação das baixadas. Muitos dos que vinham para as áreas urbanas eram ribeirinhos vindo das ilhas próximas a cidade, atraídos pelas promessas de emprego no setor de serviços, no comércio e nas atividades portuárias. O Jurunas, assim como quase todos os bairros próximos ao rio, acabou por se tornar um espaço pra além das questões do trabalho e movimentação urbana, um espaço de acolhimento e solidariedade para essas populações (Abelém, 2018), funcionando como rede de suporte diante das dificuldades de adaptação urbana. A proximidade com o centro e com os portos também reforçou a importância desse bairro como ponto de circulação de pessoas e mercadorias.

A racialização da ocupação das baixadas é um aspecto central nesse processo, visto que muitas das pessoas que chegavam a cidade eram negras, essas áreas marginalizadas e associadas a comunidade negra, produziu não apenas um estigma social, mas também políticas públicas

que, historicamente, trataram as baixadas como problema a ser eliminado, seja por meio de remoções, seja por intervenções que alternavam profundamente a configuração do território.

1.5 Transformação das baixadas a partir das obras de saneamento em Belém

A formação das baixadas em Belém está intrinsecamente ligada a dinâmica populacional e a expansão urbana desigual observada ao longo das últimas décadas. A tabela 1 e o mapa a seguir apresentam a variação populacional dos municípios que compõem a região metropolitana de Belém (RMB) entre os Censos de 2010 e 2022, evidenciando transformações importantes na configuração urbana da capital e de seu entorno.

Na tabela 1, observe-se que Belém foi o único município a registrar uma redução populacional expressiva no período, com cerca de 89.996 habitantes a menos, enquanto cidades como Barcarena, Castanhal e Santa Izabel do Pará tiveram aumento significativo de moradores. Esse movimento reflete um processo de descentralização urbana, no qual parte da população se desloca das áreas centrais e mais consolidadas para outras regiões em busca de moradia e melhores condições de vida.

O mapa temático ilustra essa variação de forma espacial, destacando as áreas que apresentam crescimento (em tons de verde) e aquelas que sofreram redução populacional (em tons de vermelho). Nota-se que o núcleo central de Belém e parte de sua orla, onde se localizam muitas das baixadas urbanas, aparecem com índices de redução demográfica, o que pode estar associado tanto a processos de remoção e reassentamento decorrentes de obras de infraestrutura e saneamento, quanto a pressão imobiliária e as mudanças no uso e ocupação do solo.

Esses dados ajudam a compreender a atual formação das baixadas de Belém, que continuam sendo espaços de grande densidade populacional, vulnerabilidade socioambiental e de disputas territoriais, ao mesmo tempo em que a metrópole se configura em direção a periferia.

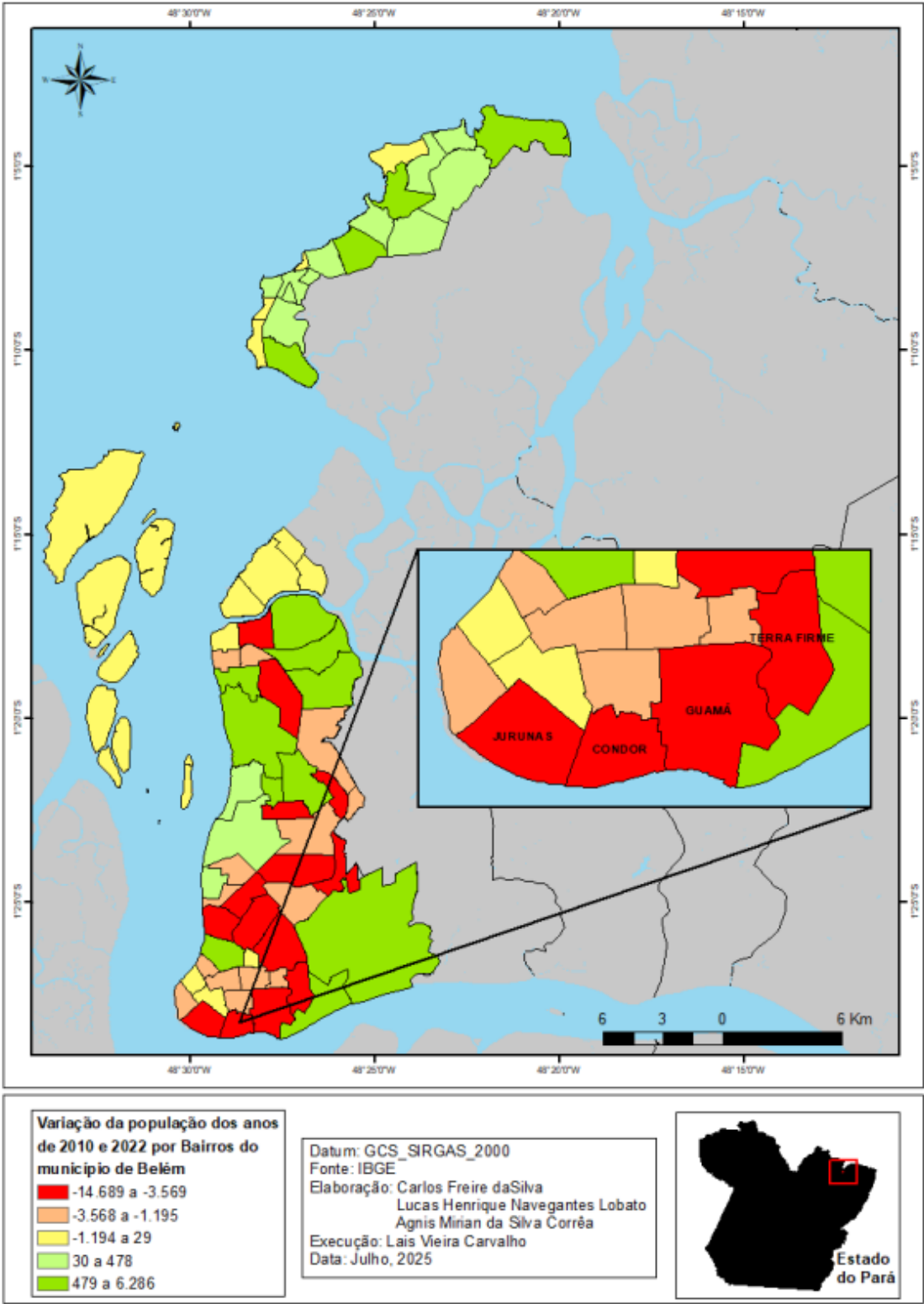
Tabela 1. Variação Populacional da Região Metropolitana de Belém segundo Censo do IBGE 2010 e 2022.

***Barcarena foi incorporada à Região Metropolitana de Belém somente em 2023.**

Municípios da RMB	Censo de 2010	Censo de 2022	Variação
Ananindeua (PA)	471.980	478.778	6.798
Barcarena (PA)*	99.859	126.650	26.791
Belém (PA)	1.393.399	1.303.403	-89.996
Benevides (PA)	51.651	63.567	11.916
Castanhal (PA)	173.149	192.256	19.107
Marituba (PA)	108.246	111.785	3.539
Santa Bárbara do Pará (PA)	17.141	21.087	3.946
Santa Izabel do Pará (PA)	59.466	73.019	13.553
Região Metropolitana de Belém	2.374.891	2.370.545	-4.346

Fonte: IBGE

Mapa 1. Variação da população dos anos de 2010 e 2022 por bairros do município de Belém.

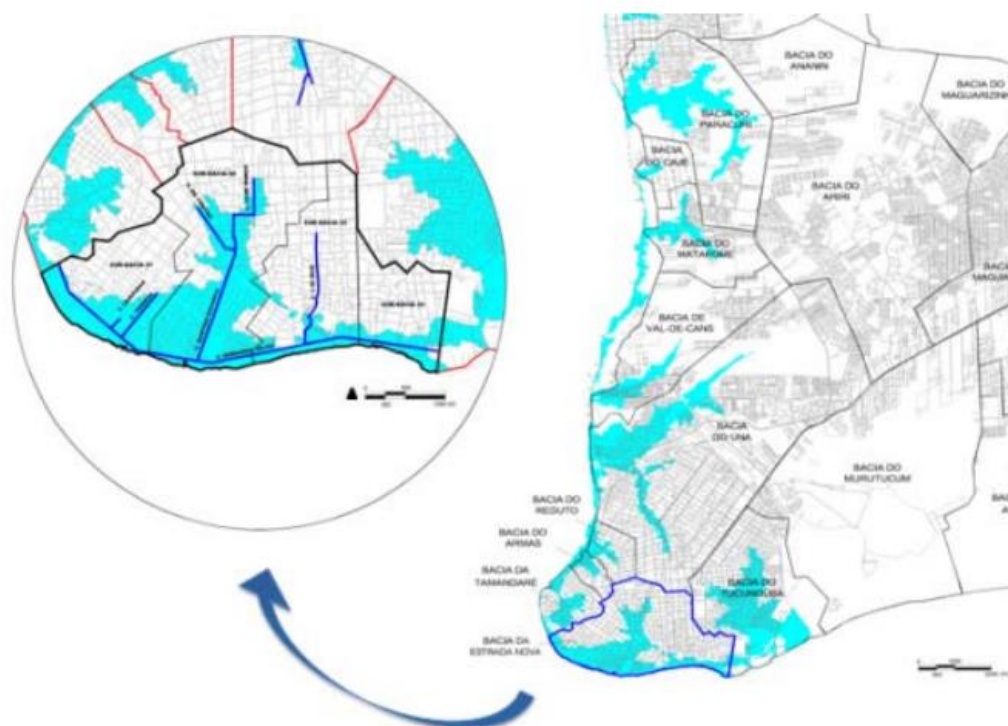


Fonte: IBGE, 2022. Elaboração: Silva, C. F.; Lobato, L. H. N.; Corrêa, A. M. S.; Carvalho, L. V. (julho, 2025).

Os bairros de baixada, a que me refiro, não são apenas uma característica topográfica da cidade, mas uma forma de organizar o espaço urbano de Belém. As baixadas são áreas alagadiças, próximas aos rios e igarapés urbanos, além disso, são áreas ocupadas pelas populações mais pobres. Só que, mais do que um dado físico, as baixadas carregam estigmas sociais, porque morar nelas significa ser marcado por fatores externos que precarizam a forma de vida. Ao mesmo tempo em que são espaços de intensa vida comunitária e economia popular. O que me chama atenção é como os projetos urbanos olham para essas baixadas, através de uma ótica colonizadora que enxerga essas baixadas como espaços-problemas a serem corrigidos, quando na verdade o que se corrige não é somente o território, mas a própria presença dos moradores.

A característica tipográfica das baixadas é representada por espaços físicos que se encontram em áreas alagadiças com uma cota altimétrica abaixo de 4.00m (Leão, 2013). Abaixo está representado algumas das baixadas de Belém localizadas na Bacia Hidrográfica da Estrada Nova (BHEN).

Imagem 2. Cartografia de Belém com a delimitação das bacias hidrográficas e as áreas que apresentam cota altimétrica abaixo de 4.00m, em destaque a Bacia da Estrada Nova e seus canais



Fonte: Adaptado de Belém (2000).

Esses processos de crescimento desordenado não é uma característica isolada da Região Metropolitana de Belém, mas faz parte de uma estrutura nacional das demais metrópoles brasileiras, em que a expansão urbana ocorreu de maneira acelerada, acompanhando os fluxos migratórios vindos do interior e de outras regiões, resultando em ocupações informais e periferias extensas (Lima; Moysés, 2009). Belém, como polo econômico regional, concentrou empregos e serviços, principalmente em sua área central, no Comércio.

As baixadas, principalmente o Jurunas, eram como grandes dormitórios (Penteado, 1968), em que suas áreas eram essencialmente residenciais, onde viviam as populações de baixa renda que foram ocupando esses espaços de áreas insalubre e de difícil infraestruturação, a maioria dos moradores eram homens e mulheres que trabalhavam nas áreas centrais da cidade,

sômente ao longo da Estrada Nova é que existem algumas grandes indústrias: a Cia, Paraense de Latex (com 205 empregados), uma indústria de beneficiamento de madeira e outra de óleo de côcos, todas no bairro do Guamá: uma, também do beneficiamento de madeiras, no da Condor: e mais cinco, no bairro de Jurunas, sendo três ligadas a madeiras, uma fábrica de sabão e a grande fiação e tecelagem de juta da Cia. (Penteado, 1986. P. 312)

Nesse contexto, a Estrada Nova já se configurava, desde meados do século XX, como eixo urbano fundamental, reunindo indústrias, serviços e fluxos econômico. Tal centralidade também se mantém até hoje, a avenida continua sendo uma forte área comercial da parte sul da cidade, especialmente na comercialização da madeira e açaí e em pequenas atividades ligadas ao cotidiano das populações de baixada, como o próprio lazer.

É justamente sobre esse espaço que incidem as atuais intervenções do PROMABEN, voltadas ao saneamento e duplicação da via. Se, por um lado, essas obras buscam resolver problemas históricos, por outro, produzem impactos no modo de vida de milhares de moradores que dependem dos usos históricos desses espaços. Essas estratégias, no fim, alteram os modos de sobrevivência construídas historicamente.

1.6 O bairro do Jurunas: território, identidade negra e resistência ribeirinha

As baixadas de Belém constituem um elemento fundamental para compreender a formação socioespacial da cidade e, em especial a trajetória da formação do bairro do Jurunas. Situado na parte sul da cidade, em área de várzea e próximo ao centro. Historicamente o bairro foi ocupado por migrantes de origem ribeirinha. Essa origem confere ao bairro uma configuração socioespacial específica, marcada por práticas culturais que articulam mobilidade

fluvial, redes de solidariedade, economia informal e modos de vida profundamente ligados a presença das águas. Essas zonas, historicamente sempre estiveram em tensão com os projetos hegemônicos de urbanização, que a partir de uma lógica de reordenamento territorial, deslegitimam outras formas de urbanidade.

Segundo o último Censo Demográfico de 2022 do IBGE, Belém possui 214 favelas e comunidades urbanas, reunindo 745 mil habitantes, o que corresponde a quase metade da população da cidade. Dentre elas, a baixada do Jurunas continua se destacando como a maior desde a formação da Região Metropolitana, com aproximadamente 43 mil pessoas vivendo em condições precárias de moradia e cerca de 13 mil domicílios particulares permanentes. Esses números demonstram como as baixadas, longe de serem um fenômeno marginal, constituem uma dimensão estruturante da metrópole Amazônica.

Nesse sentido, entende-se que o urbanismo subalterno (Roy, 2011), oferece uma chave para compreender o Jurunas e as demais baixadas de Belém para além da leitura deficitária que os projetos hegemônicos de urbanização costumam fazer. Em vez de apenas espaços “carentes” de infraestrutura, esses territórios produzem sua própria forma de cidade, sustentada por práticas e saberes que dialogam com a mobilidade fluvial, articulando economia informal, solidariedade comunitária e outros usos do espaço.

No Jurunas, essa dimensão se revela nas soluções arquitetônicas adaptadas aos períodos de cheia, na permanência do transporte hidroviário como eixo de circulação e no papel central das águas para a economia local — especialmente o comércio do açaí, madeira, cacau e da mobilização do trabalho formal e informal nessas áreas. Essas práticas não são resquícios de um passado a ser “superado”, mas modos contemporâneos de habitar que disputam com o urbanismo oficial o direito de definir o que é cidade.

Ao mobilizar o urbanismo subalterno, é possível enxergar como essas formas de produção urbana desafiam a lógica de reordenamento territorial que deslegitima outras urbanidades. As obras e reformas, muitas vezes justificadas pelo discurso de modernização e saneamento, não reconhecem essas formas de vida como legítimas e tendem a substituí-las por um modelo padronizado, que rompe as relações socioambientais construídas historicamente. Assim, o conceito de Roy ajuda a evidenciar que o que está em jogo não é apenas uma disputa material pelo território, mas também uma disputa epistemológica sobre quais conhecimentos e modos de vida têm lugar na cidade.

Durante a Belle Époque, como dito anteriormente, a gestão municipal priorizou reformas inspiradas em modelos europeus ao mesmo tempo em que implementava políticas de higienização e expulsão das populações consideradas indesejáveis dessas áreas valorizadas (Penteado, 1999). Sendo assim, esse período não apenas remodelou a paisagem urbana, mas também redefiniu a geografia social da cidade, concentrando a riqueza e os investimentos em zonas específicas, enquanto relegava as baixadas o papel de depósito humano de mão de obra barata e racializada.

CAPÍTULO 2 – Políticas urbanas, programas e intervenção nas baixadas

2.2 O início das intervenções urbanas: Portal da Amazônia e Projeto Tucunduba

O Portal da Amazônia, a COP30 e o Racismo Ambiental

As políticas urbanas implementadas em Belém nas últimas décadas acabam reproduzindo processos históricos que estão diretamente ligados à própria formação da cidade. O discurso oficial, ao falar em “progresso” e “saneamento”, tem servido para justificar intervenções em territórios populares, historicamente ocupados por populações que vieram dos interiores e das regiões rurais próximas a Belém, sobretudo por meio dos rios. O Programa de Saneamento da Bacia da Estrada Nova (PROMABEN) é um exemplo claro dessa dinâmica. Criado com o objetivo de promover obras de drenagem e requalificação ambiental nas áreas situadas ao longo da Avenida Bernardo Sayão, o programa se insere no contexto da preparação da cidade para a COP30, evento que busca reposicionar Belém no cenário internacional, mas que também reforça problemas antigos presentes na formulação e execução dessas obras. Neste capítulo, analiso como esses projetos transformam o cotidiano dos moradores das baixadas, especialmente do bairro do Jurunas, localizado ao longo da avenida em questão, discutindo as contradições entre as promessas de sustentabilidade e os efeitos concretos sobre a população de baixa renda.

Ao falar sobre PROMABEN e grandes transformações urbanas nas baixadas de Belém, o caso do Portal da Amazônia é ilustrativo para compreender a forma como Belém tem historicamente produzido seu desenvolvimento e modernização de formas seletiva, em que os espaços das baixadas como o Jurunas, associados à pobreza e à população negra e ribeirinha, são ressignificados apenas quando passam a interessar ao mercado imobiliário e ao turismo, principalmente essas áreas de baixadas, que se localizam próximo ao centro da cidade. Como demonstra Leão (2012), o projeto de revitalização da orla do Guamá foi parte integrante do PROMABEN, e uma das primeiras obras entregues na Avenida Bernardo Sayão vinculada principalmente ao turismo e ao atrativo imobiliário, transformando assim a vista para o rio, para além dos usos originais, em paisagens que atendam a outros tipos de público.

Esse processo implicou, contudo, a remoção de centenas de famílias que viviam em palafitas e casas autoconstruídas na Bernardo Sayão, nas quais se materializavam estratégias de permanência típicas de um urbanismo subalterno, nos termos de Roy (2011). Longe de serem “ocupações desordenadas”, como os discursos técnicos frequentemente classificam nos relatórios, essas formas de viver revelam a formas de sobrevivência que as populações do

Jurunas, Condor, Guamá e outros encontram diante da exclusão dos sistemas formais de habitação. O que esses programas fazem, é principalmente, deslegitimar essas formas de vida, substituindo-as por um projeto de “orla moderna” que, ao mesmo tempo em que valorizou o território, invisibilizou os modos de vida que o constituíram.

A chamada ambientalização das lutas sociais (Acselrad, 2010) mostra como a linguagem ambiental se torna central no debate político e urbano. Em Belém, isso se expressa na forma como o discurso da sustentabilidade e da requalificação ambiental foi mobilizado para justificar a retirada de populações empobrecidas das margens do rio. A natureza, foi ressignificada não como espaço de vida, mas como paisagem a ser consumida. Esse movimento evidencia como o discurso ambiental, longe de neutro, pode ser apropriado para legitimar a exclusão e favorecer interesses econômicos dominantes.

É nesse mesmo padrão que se inscrevem as atuais obras associadas à COP30, com a cidade posicionada no cenário internacional por meio de um discurso que combina sustentabilidade, modernização e legado. O que se observa, no entanto, é a repetição da lógica já presente no Portal da Amazônia, que resultou em remoções de moradores das baixadas. Assim, o evento climático global, que em tese deveria promover justiça ambiental e inclusão, opera em Belém como um motor do racismo ambiental.

No Portal da Amazônia, as palafitas foram vistas como símbolos de precariedade a serem eliminados; agora, na COP30, os becos e casas autoconstruídas da Bernardo Sayão são apresentados como entraves ao progresso. Em ambos os casos, o que se apaga é o valor social, cultural e histórico dessas formas de vida.

O que se repete, portanto, é uma lógica de produção desigual do espaço urbano. No centro histórico e nas áreas valorizadas, os investimentos são justificados em nome da preservação estética e do turismo. Nas baixadas, a intervenção só chega pela via do saneamento e da remoção. Como analisa Leão (2012), o Portal da Amazônia abriu “janelas para o rio”, mas ao custo de fechar as portas para os moradores que historicamente habitavam suas margens. A COP30 atualiza esse movimento, transformando a cidade em palco do espetáculo climático global, ao mesmo tempo que empurra para fora de cena aqueles que vivem as consequências cotidianas da crise ambiental. Discursos como esse que foi apresentado e de “devolver o rio para a cidade” durante a realização do Portal da Amazônia, levanta uma série de questões críticas. A principal delas é: a qual cidade esse rio está sendo devolvido? Ao observar as transformações em curso no bairro do Jurunas e outros no entorno da Avenida Bernardo Sayão,

torna-se evidente que essa retórica oculta processos de exclusão social, apagamento de memórias coletivas (Devos, 2009) e remoções forçadas que atingem, sobretudo, as populações urbanas-ribeirinhas que historicamente construíram suas vidas em íntima relação com o uso dos rios da região.

O racismo se insere aqui na lógica de que contrariando a ideia de que os rios foram perdidos para a cidade, a experiência vivida nas baixadas de Belém, como o Jurunas e outras situadas na Estrada Nova, demonstra que, para essas populações, o rio nunca deixou de estar presente. A relação com as águas permanece como eixo estruturante das práticas cotidianas. Nesse sentido, o discurso de “devolver o rio” ignora que ele sempre esteve lá, para determinados grupos sociais. O que ocorreu, de fato, foi um movimento das elites urbanas, localizadas nas partes altas e nos condomínios fechados, que optaram por virar as costas para os rios, tratando-os como esgoto, canalizando os igarapés e criminalizando as formas de ocupação e de moradia ribeirinha. A responsabilização desses moradores pelos problemas urbanos, como alagamentos ou “invasões”, reflete uma lógica de culpabilização que serve para justificar políticas de reordenamento territorial.

É nesse ponto que a leitura de Acselrad (2010) torna-se especialmente útil ao falar da ambientalização das lutas sociais, ele destaca que a questão ambiental não é apenas técnica, mas política. No caso de Belém, as lutas por moradia e permanência nas baixadas se articulam com a luta por justiça ambiental, já que o direito de permanecer no território é também o direito de não ser removido em nome de uma “sustentabilidade” que atende, em última instância, aos interesses de elites urbanas e de organismos internacionais.

Portanto, o que se observa tanto no Portal da Amazônia quanto na continuação das obras do PROMABEN, intensificadas pela COP30, é um uso estratégico do discurso ambiental que legitima a requalificação de determinados espaços, ao mesmo tempo que oculta os processos de expulsão e precarização. O que eu entendo e mostro é que Belém é apresentada ao mundo como capital da floresta, cidade-sede da COP30, símbolo da Amazônia sustentável. Mas essa mesma Belém remove suas populações ribeirinhas, trata as palafitas como manchas a serem apagadas e transforma a orla em vitrine para o turismo em detrimento dos seus usos originais. É, portanto, uma cidade que exhibe sua natureza, mas escolhe quais espaços serão escondidos, que fala em justiça climática, mas pratica racismo ambiental.

O problema, obviamente, não é o saneamento, nem a requalificação em si, não quero que tudo caia num discurso raso sobre as transformações urbanas em curso, o que eu critico é

justamente como essas obras são articuladas a partir de lógicas que, ao mesmo tempo que trazem as melhorias, expulsam as populações que vivem nesses espaços. O questionamento então é justamente pensar, a que grupo realmente a requalificação beneficia? Por que, ao chegar saneamento, macrodrenagem, e “desenvolvimento” os grupos periféricos e marginalizados são afastados? É também explicar como racismo ambiental, nesse sentido, não é apenas um efeito colateral, mas parte constitutiva da forma como a cidade vem sendo reconfigurada

O início dos anos 2000 marca um período de transição. As políticas de requalificação urbana começaram a incorporar um discurso de sustentabilidade e modernização, mas, na prática, mantiveram a seletividade na aplicação de recursos. O Jurunas, por se localizar próximo a áreas de interesse econômico e turístico, passa a ser incluído nos planos estratégicos que, sob a justificativa de combater a insalubridade cria projetos como o Programa de Saneamento da Bacia da Estrada Nova (PROMABEN), que revitalizou a orla, introduzindo novas pressões sobre o território. Porém, embora tais intervenções prometessem melhorias, elas também acabaram representando uma ameaça à permanência das populações historicamente estabelecidas (Rodrigues, 2010), repetindo a lógica de exclusão disfarçada sob um novo vocabulário de gestão urbana.

O projeto do **Portal da Amazônia**, implementado nos primeiros anos dos anos 2000, simboliza a lógica de intervenções que privilegiam áreas de visibilidade e potencial turístico. Embora apresentado como uma iniciativa de fomento ao desenvolvimento econômico, o projeto resultou no deslocamento parcial da população local e alterou a paisagem das baixadas. Mapas a seguir (Figura 1) mostram a localização do Portal da Amazônia e sua proximidade com áreas de densidade populacional historicamente vulneráveis.

Imagem 3. Mapa do Portal da Amazônia



Fonte: Google blog CIVVIVA

Trabalho Social, Código de Postura e experiencias urbanas em Belém.

O trabalho social nos programas urbanísticos em Belém, ocupa um lugar estratégico nas discussões sobre políticas públicas de habitação, urbanização e remoção de populações em áreas precárias. Como argumentas Abelém (2018), a trajetória do trabalho social é marcada por certas contradições, pois ao mesmo tempo que é um instrumento de mediação entre Estado e sociedade, também se configura como mecanismo de controle social e pode legitimar intervenções urbanas excludentes.

Gizele Santos (2021) mostra que a experiencia no Brasil com o trabalho social/comunitário se consolida em 1990, sobretudo com a incorporação do Programa Habitar Brasil. Desde 1999 o trabalho social se torna uma exigência obrigatória em projetos financiados pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), atualmente responsável por parte do financiamento das obras do Programa de Saneamento da Bacia da Estrada Nova. Nesse cenário, o trabalho social passa a englobar uma série de procedimentos técnicos, como a elaboração de diagnóstico socioeconômico das famílias, planos de reassentamento e a adesão aos programas. Portanto, é importante lembrar que já iniciada a segunda fase do PROMABEN, no ano de 2013, ainda não havia sido realizado o levantamento socioeconômico das áreas afetadas (Belém, 2013), somente um breve perfil sobre os moradores da área.

No campo político-institucional, a trajetória do trabalho social sofreu significativos retrocessos a partir de 2016 (Santos, 2021), com o golpe parlamentar que resultou na extinção do Ministério das Cidades e sua incorporação ao Ministério do Desenvolvimento Regional. Esse processo acabou por resultar em um processo de institucionalização das políticas urbanas nos anos 2000. Em Belém, essas contradições se manifestaram durante a execução do PROMABEN II. Segundo o estudo de Gizele Santos, o trabalho social no programa foi terceirizado para empresas privadas, resultando em um distanciamento técnico entre a execução social e a obra de drenagem. Essa fragmentação acabou limitando o impacto das ações de acompanhamento as comunidades, reduzindo a participação a um processo burocrático.

Na gestão de Zenaldo Coutinho, entre os anos de 2017 e 2020, a coordenação foi entregue a uma profissional da área de administração. Já na gestão de Edmilson Rodrigues, a equipe foi recomposta com assistentes sociais, reestabelecendo uma vinculação técnica mais próxima a área, embora ainda submetida as restrições impostas pelo BID e pela lógica de execução contratual (Santos, 2021; Lima, 2021).

Tendo em vista a análise de Santos (2021) dessa trajetória permite compreender que o trabalho social no que diz respeito particularmente ao caso PROMABEN II, foi e ainda tem sido um campo atravessado por tensões estruturais, de um lado desempenha um papel importante no acompanhamento de processos de reassentamento das áreas afetadas, na oferta de suporte das famílias removidas e na mediação entre Estado e comunidade. De outro, revela-se funcional a implementação de projetos de modernização urbana, que aprofunda as desigualdades e atua como um instrumento de convencimento e pacificação social. Sua prática, por tanto, oscila entre a possibilidade de fortalecimento da participação cidadã e os riscos de se consolidar como aparato legitimador de políticas urbanas excludentes.

A construção do urbanismo na periferia brasileira revela profundas contradições sociais e espaciais, refletindo processos históricos de marginalização. As populações mais pobres são, simultaneamente, responsáveis pela reprodução da cidade e alvo de criminalização por parte do poder público e da sociedade em geral. Nesse sentido, Ermínia Maricato (1977) argumenta que a produção do espaço urbano no Brasil se dá historicamente por meio de uma divisão entre a "cidade legal" e a "cidade ilegal". A cidade legal, aqui representada pelo centro de Belém, corresponde ao espaço regulado por normas urbanísticas, obedecendo aos códigos de planejamento e postura, e às políticas públicas oficiais, enquanto a cidade ilegal (Baixadas) é composta majoritariamente por ocupações informais e autoconstruídas, que, apesar de ilegais,

são fundamentais para a sustentação econômica e social da cidade. Essa distinção não é apenas jurídica, mas funcional ao sistema capitalista, pois permite a manutenção de uma reserva de mão de obra barata e a flexibilidade necessária para que o mercado imobiliário continue a se expandir sem enfrentar limitações estruturais.

Maricato destaca que as políticas urbanas brasileiras tendem a criminalizar as populações periféricas, classificando suas ocupações como ilícitas e invisibilizando sua relevância na reprodução da cidade. Essa dicotomia revela a exclusão social estrutural, sobretudo quando emergem projetos de reforma urbana que reforçam hierarquias espaciais e consolidam percepções desiguais sobre os territórios. Em Belém, esse processo pode ser observado nas intervenções recentes realizadas em nome da COP30, que aprofundam a distância histórica entre centro e baixadas e evidenciam as desigualdades socioespaciais. A coexistência de práticas legais e ilegais, muitas vezes atravessada por acomodações políticas e ajustes administrativos, legitima e perpetua a desigualdade urbana (Maricato, 1977). Nesse contexto, a chamada “cidade ilegal” não se restringe a espaços de ocupação irregular, mas se torna funcional à própria dinâmica capitalista, ao garantir moradia acessível para a força de trabalho indispensável ao funcionamento da cidade.

Essa leitura encontra expressão concreta em territórios como o Tucunduba, marcado por ocupações informais e condições precárias de infraestrutura. A região reflete o cotidiano de grande parte das periferias urbanas de Belém, que historicamente permaneceram à margem das políticas públicas de saneamento e de serviços básicos. Embora o projeto de macrodrenagem tenha sido iniciado na década de 1990, suas obras seguem inconclusas, revelando a persistência de um quadro de negligência estatal. Apesar disso, os moradores do Tucunduba – assim como os das demais áreas de baixada – seguem exercendo papel essencial na economia urbana, garantindo com seu trabalho o funcionamento cotidiano da cidade. A experiência de ocupação da área, portanto, expõe as tensões entre o direito à cidade, as estratégias de sobrevivência econômica e a criminalização do espaço, reafirmando a contradição entre sua importância social e sua exclusão formal.

De modo semelhante, o Portal da Amazônia se torna um exemplo emblemático da contradição entre promessa de modernização e exclusão social. Iniciado entre 2005 e 2008 como parte do PROMABEN, o projeto previa reassentamento de famílias que viviam em palafitas na orla, mas, ainda em 2025, muitas delas não receberam suas casas. Deslocadas com a promessa de uma moradia digna, diversas famílias passaram quase vinte anos vivendo de

aluguel, muitas vezes em residências menores e de menor valor do que as originais. Conforme noticiado pelo G1, em 2019 apenas 5% das unidades haviam sido entregues, enquanto o auxílio-aluguel concedido, de apenas R\$ 500, já era insuficiente diante da elevação dos preços imobiliários. Somente em 2024 o projeto foi oficialmente concluído, mas sua efetividade permanece questionável, já que parte dos antigos moradores não conseguiu retornar.

Essa dificuldade de retorno se agrava diante do aumento dos aluguéis em bairros como o Jurunas, impulsionado tanto pela valorização imobiliária quanto pelo contexto da COP30, que tem elevado ainda mais os custos próximos ao centro. Com o auxílio defasado, as famílias se veem forçadas a se deslocar para periferias cada vez mais distantes, rompendo redes de sociabilidade, laços comunitários e vínculos de trabalho. Assim, tanto no Tucunduba quanto no Portal da Amazônia, evidencia-se o padrão seletivo das políticas urbanas em Belém: projetos que, ao mesmo tempo que prometem inclusão, reforçam desigualdades, deslocando populações e transformando os espaços periféricos em territórios de resistência diante da lógica excludente da cidade.

Imagem 4. Página Institucional do Portal da Amazônia



Fonte: Prefeitura de Belém

O Código de Posturas do Município de Belém, instituído pela Lei nº 7.055 de 1977, é um exemplo claro de como os instrumentos de planejamento urbano podem contribuir para a reprodução da informalidade. Embora se apresente como um mecanismo de ordenamento do

espaço urbano e de garantia de padrões de salubridade, segurança e estética da cidade, o código estabelece parâmetros de construção e urbanização muitas vezes incompatíveis com as condições geográficas da própria cidade e socioeconômicas da maior parte da população. Isso revela como o planejamento não apenas regula, mas também produz a irregularidade ao exigir padrões inalcançáveis (BELÉM, 1977).

Logo no início do texto legal, observa-se que todas as construções, reformas e ampliações dependem de licenciamento e aprovação prévia pela Prefeitura (arts. 2º, 7º e 11). Essa exigência implica custos técnicos e burocráticos, como a apresentação de projetos, taxas e alvarás, que se tornam barreiras quase intransponíveis para famílias de baixa renda. Além disso, o artigo 21 afirma que “as normas para a execução de obras e urbanização de áreas particulares, bem como para expedição do alvará de licença, são as estabelecidas pelo Código de Obras e Edificações do Município de Belém”, impondo padrões de parcelamento e infraestrutura urbana pouco compatíveis com as formas de autoconstrução e ocupação coletiva que caracterizam os bairros de baixada. Dessa forma, a construção popular, geralmente realizada de maneira progressiva e sem assistência técnica, é colocada, desde a origem, sob a marca da ilegalidade.

Esse enquadramento jurídico contribui diretamente para que as baixadas de Belém sejam classifica, segundo as normas do IBGE, como aglomerados subnormais, popularmente conhecidos como favelas. O instituto considera irregulares os assentamentos que não seguem padrões formais exigidos pelo Código de Posturas. A norma, portanto, reforça a dicotomia entre a “cidade legal” e a “cidade ilegal”, como discutido por Maricato (1977), na medida em que não reconhece nem legitima as formas de moradia que a população de baixa renda constrói para garantir sua sobrevivência nas brechas da cidade legal.

Essa lógica normativa tem efeitos concretos sobre o cotidiano urbano, legitimando muitas das vezes as remoções involuntárias, como tem acontecido agora na Avenida Bernardo Sayão, principalmente pela lógica de aceleração por conta da realização da COP30. Em bairros como o Jurunas ou em áreas como o Tucunduba, a autoconstrução não é uma escolha arbitrária, mas a única possibilidade de acesso à moradia frente à exclusão do mercado formal. No entanto, ao não atender às exigências legais, esses espaços passam a ser vistos como problemas a serem corrigidos, e não como parte legítima da cidade.

2.3 Saída da Região Metropolitana de Belém e seus efeitos

A expansão urbana associada a duplicação da Avenida Bernardo Sayão, e consequentemente a COP30 tem levado ao deslocamento de populações vulneráveis, que compõem as baixadas. Nesse contexto, as obras se mostram como um campo de exclusão simbólica e material, onde os moradores desses espaços são historicamente marginalizados, e alvos de processos de exclusão que não é acidental, mas estruturante do próprio projeto sobre o tecido urbano. Isso nos mostra que o Estado, que obrigou essas populações a viverem nesses espaços, agora, através da valorização da estética, busca removê-las zonas em nome de uma nova configuração urbana, que transforma essas mesmas margens em zonas de valorização turística. O portal da Amazônia é exemplo desse ciclo, onde o discurso do Estado, antes vinculado a precarização desses territórios, assume um novo discurso que transforma essa mesma orla em commodity urbana que precisa ser resgatada para o turismo e o mercado imobiliário (Peixoto; Silva, 2016). As moradias informais são removidas, mas as pessoas que as ocupavam não são reassentadas de forma digna. É uma modernização que torna ainda mais invisível quem, afinal, sempre esteve às margens, simbolicamente e estruturalmente.

As obras de canalização, apresentadas como soluções técnicas, vêm contribuindo para o esvaziamento populacional dos bairros de baixadas. Dados do IBGE entre 2010 e 2022 revelam quedas populacionais significativas em bairros como Terra Firme, Guamá e Jurunas, associadas à substituição de populações de baixa renda por grupos com maior poder aquisitivo. Trata-se de um processo de gentrificação e racismo ambiental: as remoções afetam desproporcionalmente pessoas negras, mulheres chefes de família e trabalhadores informais, como aponta o Programa de Específico de Reassentamento (PER, 2022).

Tabela 2. Variação Populacional dos 5 bairros de Belém que perderam população, segundo Censo IBGE

Bairros de Belém	Censo 2010	de	Censo 2022	de	Variação
Montese (Terra Firme)	61439		46750		-14.689
Guamá	94610		81227		-13.383
Jurunas	64478		53985		-10.493
Condor	42758		34605		-8.153
Marambaia	66708		58870		-7.838

O Programa de Saneamento da Estrada Nova (PROMABEN) constitui uma das principais políticas urbanas de Belém a quase 20 anos, com foco em drenagem, saneamento e requalificação das áreas situadas na Bacia da Estrada Nova (BHEN), em especial dos bairros Jurunas, Condor e Cremação, bairros que perderam um número considerável de pessoas ao longo de 2010 a 2022, segundo os dados do Censo mostrados acima, Belém, nos últimos 10 anos apresentou uma perda populacional de aproximadamente 89.996, sendo esses os 5 bairros que mais perderam: Montese, localizado na Terra Firme (-14.689); Guamá (-13.383); Jurunas (-10.493); Condor (-8.153) e Marambaia (7.838). O que se percebe, foi justamente o fato de que os bairros que tiveram maior variação populacional, são aqueles que vem passando por processos de reconfiguração socioespacial a anos, o questionamento parte da noção de como a articulação desses projetos está diretamente ligada a esses processos de **saída**

O PROAMEBN, para além dessas questões relacionadas a elitização do espaço urbano, se inscreve em uma lógica de produção desigual do espaço urbano. Enquanto o centro histórico

e áreas valorizadas da cidade recebem investimentos voltados a preservação estética, ao turismo e ao embelezamento, as baixadas, historicamente ocupadas por populações negras, pobres e migrantes ribeirinhos, só entram na agenda de políticas públicas por meio de projetos de saneamento (Lobato, 2024) remoção. Para mim, isso evidencia uma diferença fundamental: no centro, as obras são pensadas como valorização urbana; nas baixadas, como correção de um suposto problema ambiental a ser eliminado. Como lembra Cláudia Pessoa (2024), os discursos técnicos do saneamento são atravessados por uma incivilidade ambiental que naturaliza a desigualdade.

Essas dinâmicas revelam que as baixadas não são resultado da ausência de planejamento, mas sim de uma lógica histórica que destinou essas áreas às populações marginalizadas para, posteriormente, removê-las em nome da modernização. Projetos como o Programa de Saneamento da Bacia da Estrada Nova (PROMABEN) se inserem nesse processo. Embora apresentados como iniciativas de requalificação ambiental e urbana, eles reforçam, segundo Abelém (2018), uma estética urbana voltada para o turismo e o mercado imobiliário, desconsiderando modos de vida que não se enquadram no modelo de cidade-mercadoria.

2.4 Modernização seletiva, capitalismo e produção desigual do espaço urbano

A produção desigual do espaço urbano é um fenômeno presente em todas as cidades capitalistas, isso porque, todo espaço urbano não é neutro, mas segue uma lógica moldada a partir dos interesses econômicos, políticos e sociais. No sistema capitalista em que vivemos, o território passa a ser tratado como mercadoria e sua organização se dá de acordo com os interesses do capital. O processo em questão gera uma lógica de modernização seletiva, em que determinados espaços e grupos são priorizados a partir da precarização de outros, criando um padrão estrutural de exclusão.

A partir da análise de Marx (2013) é possível compreender que a sobrevivência do capitalismo depende da exploração do trabalho, mas, no caso das cidades capitalistas, a sua manutenção também depende categoricamente da organização desigual do espaço, que garante o acesso diferenciado a recursos, oportunidades e bens sociais. Nessa perspectiva, a cidade capitalista é o lugar onde se manifesta de forma evidente a contradição entre concentração de riqueza e a reprodução da desigualdade.

Na lógica da urbanização urbana, não existe a universalização dos direitos, mas a parcialidade e exclusão, que é constantemente marcada por um viés econômico, onde o espaço, ao ser colonizado pelo capitalismo emerge de um espaço de acumulação, onde a lógica do valor

de troca tente a prevalecer sobre o valor de uso. Quando observamos esse processo em escala global, torna-se claro que o que ocorre em Belém não é exceção, mas parte de uma lógica de modelo neoliberal de cidade.

No caso específico de Belém, a realização da COP30 evidencia esse processo de forma muito mais cristalina. As obras e investimentos ligados ao evento internacional priorizam a construção de uma cidade turística, onde a parte alta da cidade recebe investimentos para lazer e a baixa é deslocada de seus territórios onde há interesses econômicos por parte do mercado imobiliário. A mídia, ao insistir que os problemas de saneamento, mobilidade ou precariedade em Belém são específicos da cidade por conta do nosso “atraso”, ignora que essas contradições fazem parte de uma lógica do próprio capitalismo, e que outras cidades que receberam megaeventos também passaram por esses processos.

É importante lembrar que essa seletividade não se faz presente apenas no campo material, mas também no simbólico, refletindo o racismo ambiental. Populações racializadas frequentemente ocupam espaços mais vulneráveis, como as áreas de risco sanitário e poluição, resultado de processos históricos de exclusão e segregação urbana. O racismo ambiental evidencia como as desigualdades espaciais se articulam com a desigualdade sociais e de gênero, configurando uma paisagem urbana desigual.

Além disso, a produção do espaço urbano no contexto amazônico não pode ser compreendida apenas como resultado de decisões locais. A Amazônia está inserida em fluxos globais de capital, o que historicamente intensifica a disputa por seus territórios. Nesse sentido, a COP30 funciona não apenas como um evento climático, mas também como um instrumento de articulação desses interesses econômicos, reafirmando a lógica capitalista de organização desigual do espaço.

Imagem 5. Registro do Material Publicitário da COP-30 na Estação das Docas (Belém-PA)



Fonte: Acervo Pessoal

Os discursos oficiais que promovem a COP30 como “a COP da floresta”, como a da imagem acima, buscam construir uma narrativa positiva, mas escondem os impactos concretos sobre os modos de vida locais. Essa retórica muitas vezes mascara transformações profundas na ocupação e uso do território, podendo alterar práticas tradicionais e restringir o acesso das comunidades a seus próprios recursos. Assim, as intervenções urbanas associadas ao evento não se limitam ao campo material, mas repercutem no simbólico, reforçando a lógica de priorização de determinados espaços e populações em detrimento de outras.

2. 5 Direito à Cidade e Resistência Popular

A cidade contemporânea, especialmente nos países periféricos, vem sendo moldada por um conjunto de políticas e práticas que associam a lógica neoliberal (Harvey, 2014) a gestão urbana. Esse modelo de urbanismo, consiste na priorização de intervenções voltadas ao mercado, como o caso do Programa de Saneamento da Bacia da Estrada Nova (PROMABEN), projeto criado com objetivo de duplicar e levar o saneamento para as áreas da Avenida Bernardo Sayão. Tal programa, apesar de inicialmente ter sido formulado como melhoria estrutural tem apresentado diversos problemas relacionados a permanência da população que historicamente forma aquelas áreas. no contexto latino-americano, essas políticas se materializam em

intervenções que combinam discursos de modernização e sustentabilidade, mas que, na prática, intensificam desigualdades históricas e reproduzem formas sofisticadas de exclusão socioespacial.

O neoliberalismo urbano atente a um modelo de reorganização das cidades que atenda as necessidades do capital, criando espaços seletivos e segregados (Harvey, 2014) no caso de Belém, essa lógica se inscreve na priorização de obras que reforçam a cidade como vitrine para eventos internacionais, como é o caso da COP30, ao mesmo tempo que articula projetos de cidade que busca deslocar comunidades e transformar o ecossistema local para se inserir em círculos globais de visibilidade e competitividade urbana.

Quando se fala em megaevento, sabe-se que estes são apresentados como uma nova forma de globalização combinada com a convergência de interesses diversos, envolvendo empresas nacionais e transnacionais, governos, conglomerados de comunicação e esportistas (Miagusko, 2020). Esses eventos são utilizados como ferramenta para atrair investimento para as cidades-sede, o que acaba gerando uma competição entre elas, visto que esses megaeventos aceleram processos de urbanização que não ocorreriam caso não houvesse a pressão desses eventos. Contudo, os impactos negativos são aparentes, como exemplo o superfaturamento e as mudanças decorrentes das grandes obras que atingem em sua maioria a população de baixa renda.

Sendo assim, pretendo analisar como se dão esses impactos na vida local dos moradores da Avenida Bernardo Sayão através das transformações movidas pela chegada da COP 30 e executadas pelo Programa de Saneamento da Bacia da Estrada Nova (PROMABEN).

Novais (2014) e Bourdieu (2013) fornecem uma análise crítica sobre o urbanismo em cidades desiguais e a relevância do espaço social. Bourdieu enfatiza que o espaço social é relacional, composto por posições que existem em relação umas às outras. Esse entendimento é crucial para analisar as dinâmicas sociais e econômicas nas áreas afetadas pelos projetos urbanos em Belém, especialmente em um contexto de megaeventos como a COP30. Contudo, é importante salientar que essas análises falam especificamente sobre megaeventos esportivos, por esse fator, acho importante a necessidade de comentar as diferenças entre um megaevento esportivo e um político-ambiental.

Um megaevento esportivo, como as Olimpíadas e a Copa do Mundo, é caracterizado pela natureza festiva e competitiva, gerando maior audiência e receitas econômicas para os

países sede, assim como nos megaeventos político-ambientais, como na COP, eles envolvem a construção de infraestrutura específicas, com maior foco no turismo, a integração cultural e a projeção internacional, apresentando a cidade como um destino global e moderno (Paiva, 2014; Miagusko, 2020).

No caso da Conferência das Partes (COP), especialmente nesse contexto, em território amazônico, a narrativa usada nos discursos oficiais assume uma roupagem verde. O evento é apresentado como oportunidade para, pela primeira vez, desde o período da borracha, em que Belém tenta se reposicionar a cidade no cenário global ao mesmo tempo que gera grandes transformações urbanas. Essa centralidade estratégica da Amazônia nas discussões sobre mudanças climáticas mobiliza aspectos tradicionais, como as próprias populações tradicionais como símbolo de identidade, mas, principalmente, como elementos de marketing urbano, legitimando intervenções que, na prática, podem reproduzir dinâmicas de exclusão socioespacial (Harvey, 1996).

A principal diferença entre megaeventos esportivos e a COP, portanto, não reside apenas no tipo de obra executada, mas no marco discursivo que as legitima: no primeiro, a promessa de integração econômica via turismo e lazer; no segundo, a promessa de preservação ambiental e protagonismo climático. Contudo, em ambos os casos, o urbanismo praticado tende a seguir uma lógica empresarial e excludente, onde o espaço físico é planejado para atender interesses de visibilidade e valorização econômica.

Devos (2009) discute a inter-relação entre indivíduo, sociedade e meio ambiente, destacando como projetos urbanos podem impactar a memória coletiva e a relação dos moradores com seu ambiente. O estudo dele pode ajudar a entender como as transformações associadas à COP30 em Belém têm implicações diretas na relação entre ambiente e memória coletiva, alterando a vivência dos trabalhadores e moradores do entorno da Estrada Nova.

Os impactos individuais vão além das memórias, a população sofre com as mudanças de formas mais complexas. Essas obras têm impactado historicamente a população marginalizada. Quando falamos desse tipo de violência, triplica ainda mais quando observamos corpos femininos e negros, onde sempre estão nesse papel de manutenção da cidade e consequentemente viram ferramentas do capitalismo.

Essas políticas urbanas, que se apresentam como soluções técnicas e sustentáveis, atingem de forma desigual diferentes grupos da sociedade. Nas áreas de baixada, a cor e o

gênero dos moradores influenciam diretamente quem é mais afetado pelos processos de remoção e pela precarização das condições de vida. As mulheres negras estão entre as mais impactadas por essas políticas de requalificação urbana, revelando como o racismo e o patriarcado atravessam as ações de saneamento e transformação do espaço. Essa dimensão será aprofundada no próximo capítulo, em que discuto como as reformas urbanas, articuladas à lógica de higienização, se relacionam com as questões de gênero e raça, especialmente no que diz respeito ao programa de remanejamento das famílias situadas ao longo da Avenida Bernardo Sayão.

CAPÍTULO 3 Reformas Urbanas e Higienização: Uma perspectiva de gênero e raça.

3.1 Trabalho, cuidado, gênero no capitalismo

Por trás das políticas de modernização e sustentabilidade, há dinâmicas de exclusão que incidem de modo particular as mulheres negras que vivem nas baixadas. Este capítulo busca compreender como o trabalho, o cuidado e a reprodução da vida se entrelaçam com o espaço urbano, revelando que as transformações físicas da cidade também produzem violência simbólica para além das materiais. A partir da leitura que articula gênero, raça e classe, procuro evidenciar como o racismo ambiental e o patriarcado se manifestam nas políticas urbanas e nos modos de vida das mulheres atingidas pelas obras de saneamento.

Antes de falar especificamente sobre as questões centrais do capítulo, que se referem ao papel feminino no contexto das obras do PROMABEN, suas responsabilidades sociais e as famílias reassentadas é preciso compreender a divisão sexual do trabalho nas obras do PROMABEN, para isso, parto da perspectiva marxista, que revela como o capitalismo depende do trabalho invisível das mulheres através do trabalho produtivo e reprodutivo. Em Marx, o trabalho não se restringe apenas a produção de mercadorias, mas envolve também a compreensão das formas pelas quais a sociedade capitalista organiza a reprodução da força de trabalho. Nesse sentido, o trabalho feminino ocupa uma posição central e paradoxal: é indispensável para a manutenção do capitalismo ao mesmo tempo em que é invisibilizado e não remunerado. No capitalismo, o processo produtivo que gera valor econômico quando realizado depende da atividade humana para transformar a natureza com objetivo de atender as necessidades sociais (Marx, 1996). No entanto, grande parte do trabalho feminino, sobretudo o trabalho feito por mulheres negras, como aponta Federici (2012) não é reconhecido como produtivo segundo a lógica do capital, apesar de sustentar diretamente a reprodução da força de trabalho.

O conceito de trabalho produtivo é entendido como aquele trabalho que gera mercadorias e valor de troca, enquanto o trabalho reprodutivo engloba atividades voltadas a manutenção da vida e a formação da força de trabalho, como os cuidados em geral, como o dos filhos e idosos, higiene, alimentação e organização doméstica. Esses trabalhos são socialmente indispensáveis e principalmente exercidos por mulheres e na maioria das vezes sem remuneração. A externalização desse trabalho pelo capitalismo permite reduzir os custos de produção, pois a manutenção da força de trabalho é realizada sem investimento direto por parte dos empregadores ou do Estado.

Quando observamos o mercado de trabalho, percebemos que, mesmo quando remuneradas, as mulheres enfrentam jornadas longas; baixos salários e condições de trabalho mais precárias em relação aos homens, evidenciando as desigualdades estruturais de gênero. Nesse acúmulo de responsabilidade, temos a geração da dupla jornada”, em que o trabalho produtivo e o reprodutivo se sobrepõem, aumentando a carga de exploração sobre mulheres.

A dimensão ideológica da exploração da mão de obra frente a divisão de gênero e trabalho que associa mulheres ao espaço doméstico e homens ao espaço público, consolida o patriarcado e legitima a exploração feminina. O patriarcado, nesse caso, organiza a sociedade de forma que naturaliza a subordinação feminina, e fortalece a ideia de que tarefas de cuidado são naturais e, portanto, não demandam reconhecimento ou remuneração.

Ao incorporar a análise racial, sabemos que esse peso recai de forma muito mais violenta sobre mulheres negras. Historicamente, as mulheres negras, sempre trabalhou, antes mesmo de mulheres brancas recorrerem ao direito do trabalho, foram uma mão de obra barata e sempre estiveram relegadas a trabalhos marginalizados ou escravos. Essas mulheres, ao assumirem a responsabilidade econômica, doméstica e afetiva do lar, seja do seu algoz ou do seu marido, muitas das vezes sem apoio familiar ou do Estado, enfrentavam/enfrentam desafios que eram/são simultaneamente econômicos, sociais e simbólicos. No Brasil, durante o período colonial, a exploração da força de trabalho feminina negra e indígena evidencia como o capital dependia estruturalmente dessa mão de obra para sustentar a economia escravista. Carula (2024, p. 4) explica que “O corpo da escravizada e sua capacidade reprodutiva eram centrais para a própria instituição da escravidão, desempenhando ela o duplo papel de produtora e reprodutora de trabalho e riquezas” ou seja, a dupla dimensão do trabalho, produtivo e reprodutivo, recaiu de forma particular sobre as mulheres escravizadas, que além de trabalharem nas lavouras, nas casas senhoriais e nos espaços urbanos, ainda eram forçadas a garantir a reprodução biológica da mão de obra escrava e a manutenção da vida cotidiana nas fazendas e cidades. Quando trazemos para a era moderna, mulheres racializadas continuam a enfrentar essa exploração, seja em indústrias, serviços domésticos ou no comércio informal, reproduzindo a lógica pela manutenção dos interesses capitalistas e colonialistas.

Todas essas esferas, como a escassez de recursos, a informalidade no trabalho e a discriminação racial agravam ainda mais a racialização e feminilização da pobreza (Macedo, 2008), tornando a precariedade estrutural ainda mais pronunciada para mulheres negras. Lélia Gonzales (1984) mostra que esse fenômeno se aproxima da tripla opressão, que é explicado

como uma forma em que o racismo e o sexismo se cruzam com a exploração de classe, esse conceito me parece importante pois nos explica de forma didática, como o corpo feminino e negro passar por processos de vulnerabilidade de forma muito mais amplificada.

Quando diz respeito ao trabalho, cuidado e raça, acho importante dimensionar a interseção entre capitalismo, racismo e patriarcado. Enquanto o capitalismo se beneficia da reprodução da força de trabalho e de manutenção do espaço social sem investir diretamente na remuneração desse trabalho, o racismo estrutural define quais grupos são relegados as ocupações mais precarizadas e menos valorizadas. Françoise Vergès (2020), oferece uma análise crítica sobre a centralidade do trabalho e serviços essenciais para manutenção da vida e da sociedade capitalista é desempenhado por corpos racializados. Durante a pandemia do COVID-19, essa dimensão tornou-se mais evidente.

Bilhões de mulheres se ocupam incansavelmente da tarefa de limpar o mundo. Sem o trabalho delas, milhões de empregados, de agentes do capital, do Estado, do Exército, das instituições culturais, artísticas e científicas, não poderiam ocupar seus escritórios, comer em refeitórios, realizar reuniões, tomar decisões em espaços asseados onde lixeiras, mesas, cadeiras, poltronas, pisos, banheiros, restaurantes foram limpos e postos à sua disposição. Esse trabalho indispensável ao funcionamento de qualquer sociedade deve permanecer invisível. Não devemos nos dar conta de que o mundo onde circulamos foi limpo por mulheres racializadas e superexploradas. Por um lado, esse trabalho é considerado parte daquilo que as mulheres devem fazer (sem reclamar) há séculos – o trabalho feminino de cuidar e limpar constitui um trabalho gratuito. Por outro lado, o capitalismo produz inevitavelmente trabalhos invisíveis e vidas descartáveis. A indústria da limpeza é uma indústria perigosa para a saúde, em todos os lugares e para aquelas e aqueles que nela trabalham. Sobre essas vidas precárias e extenuantes para o corpo, essas vidas postas em perigo, repousam as vidas confortáveis das classes médias e do mundo dos poderosos. (Vergès, 2020. P, 24)

O trabalho de cuidado realizado por mulheres racializadas não pode ser compreendido isoladamente, mas sim como parte de uma lógica estrutural de exploração que articula capitalismo, racismo e patriarcado. As contribuições dessas mulheres são centrais para a reprodução da vida de terceiros, em detrimento das suas próprias. Nesse sentido, o feminismo decolonial de Vergès (2020) propõe uma abordagem que reconheça as lutas específicas dessas mulheres.

Nesse sentido, falar sobre capitalismo, raça e classe significa também falar sobre a articulação da *necropolítica* (Mbembe, 2003), que descreve como o poder político moderno não se limita a governar a vida (biopolítica), mas também determina quem pode viver e quem está sujeito a morte, ou a exposição a condições de vida precárias que aumentam a vulnerabilidade e ricos de morte, como o que aconteceu durante a pandemia, onde mulheres negras continuaram a trabalhar em limpeza de hospitais, como babás e doméstica de mulheres brancas, muitas vezes

sem equipamentos de proteção adequados, sem acesso a saúde de qualidade e com salários precários. O sistema implicitamente, as coloca em risco, tornando esses corpos descartáveis e subordinados a uma lógica de risco estrutural. Sendo assim, a necropolítica se articula ao racismo, pois o lucro depende da exploração desses corpos marginalizados.

A discussão sobre o trabalho de cuidado, a exploração histórica das mulheres racializadas e as desigualdades estruturais evidenciadas pelo capitalismo e pela necropolítica não se restringe às análises teóricas. Esses fenômenos também se manifestam concretamente em outras esferas, como no caso das próprias transformações urbanas e nas políticas públicas implementadas nas cidades. Sendo assim, o processo de remanejamento populacional promovido pelo Programa Específico de Remanejamento (PER), vinculado à Unidade Coordenadora de Programa (UCP) do PROMABEN, na Bacia da Estrada Nova, intensificada no contexto da preparação da COP30, ilustra como decisões planejadas pelo Estado e pelo setor privado impactam desigualmente a população local, especialmente mulheres racializadas, principalmente no contexto daquelas que são responsáveis pelo cuidado e manutenção da estrutura da sociedade e de suas famílias. Assim como o capitalismo depende da exploração de corpos racializados para sustentar a vida social e econômica, os processos de remanejamento evidenciam como essas mesmas desigualdades são reproduzidas espacialmente: mulheres negras e pardas, muitas vezes responsáveis pela reprodução social e econômica de seus lares, sofrem os efeitos mais severos do deslocamento compulsório, da fragmentação de redes de apoio e da precarização das condições de moradia e trabalho. A lógica que estrutura o PER reflete, portanto, a mesma interseção de gênero, raça e classe observada na análise da força de trabalho, mostrando que políticas urbanas também articulam padrões históricos de exploração e vulnerabilidade de pessoas pretas.

3.2 PROMABEN e racismo ambiental

O Programa de Saneamento da Bacia da Estrada Nova (PROMABEN) se inicia a partir dos problemas históricos de saneamento. Habitação e infraestrutura que permeiam a cidade e afetam principalmente os bairros de baixada da região metropolitana de Belém. O PROMABEN é então criado pela Prefeitura Municipal de Belém (PMB) com o objetivo de mitigar esses problemas e abrange a sub bacia I e II da Bacia Hidrográfica da Estrada Nova (BHEN), que correspondem aos bairros do Jurunas, Condor, Cremação, Guamá e Cidade Velha. O programa acontece a partir de Parcerias Público Privadas, financiado pelo Estado e em grande parte pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). De acordo com o Plano Diretor do

PROMABEN (2013), o programa busca melhorar as condições ambientais, de saúde e de moradia da população residente por meio de obras de macrodrenagem e saneamento. O programa também conta com um Plano de Gestão Ambiental (PGA) e com um Programa Específico de Reassentamento (PER), a qual vou dar atenção mais à frente.

De acordo com documentos e sites oficiais, o Programa de Saneamento da bacia da Estrada Nova teve sua primeira fase iniciada em 2009 e, considerando a magnitude dos desafios, em 2013 foi estruturada sua segunda fase, que ainda está em rigor até este ano de 2025. Também financiado por PPPs, essa fase tem se concentrado especialmente da sub-bacia I e II da Estrada Nova, e na reabilitação das obras da Bacia do Uma. As intervenções agora envolvem tanto a execução de infraestrutura sanitária e viária quanto o remanejamento das famílias e atividades econômicas que ainda não tinham sido reassentadas. Assim, estima-se que certa de 1.400 imóveis das áreas de baixada tenham sido impactados, o que exigiu a formulação de instrumentos específicos de gestão, como o PDR e PER.

No contexto do PROMABEN, essas soluções são deslegitimadas e substituídas por projetos de modernização urbana, que as classificam como ilegais ou inadequadas. O que se observa, portanto, é um processo em que o Estado, ao mesmo tempo que desconsidera os modos de habitar das populações de baixada, reforça dinâmicas de exclusão que recaem de maneira desproporcional sobre pessoas negras, mulheres chefes de família e trabalhadores informais. Esse movimento se insere no que Bullard (1993) define como racismo ambiental, ou seja, a forma desigual e racializada pela qual certos grupos sociais são impactados por políticas ambientais e urbanas.

O conceito de racismo ambiental, aprofundado no Brasil por Gularte (2019) é central para compreender esses processos, em que as populações negras e periféricas de Belém sofrem de maneira desproporcional a essas obras. Assim, o PROMABEN pode ser lido como parte de uma lógica de gestão do espaço urbano que valoriza certos territórios e sujeitos, ao mesmo tempo que expulsa e precariza outros. Esse processo é, na verdade, parte de uma ideia que se inscreve na própria dinâmica da integração urbana de Belém.

A própria construção do tecido urbano de Belém sempre esteve inscrita em projetos de interesse das classes dominantes. Desde as primeiras canalizações de igarapés até os planos de requalificação da orla, o que se observa é a tentativa de impor uma cidade voltada aos padrões e necessidades de uma elite. No contexto atual, a retórica do legado, amplamente vinculada a preparação da cidade para a COP30, revela esse movimento.

O racismo ambiental não se configura apenas por meio de ações que tenham uma intenção racista, mas igualmente por meio de ações que tenham impacto racial, não obstante a intenção que lhes tenha dado origem. Diz respeito a um tipo de desigualdade e de injustiça ambiental muito específico: o que recai sobre suas etnias, bem como sobre todo grupo de populações ditas tradicionais – ribeirinhos, extrativistas, geraizeiros, pescadores, pantaneiros, caiçaras, vazanteiros, ciganos, pomeranos, comunidades de terreiro, faxinais, quilombolas etc. – que têm se defrontado com a ‘chegada do estranho’, isto é, de grandes empreendimentos desenvolvimentistas – barragens, projetos de monocultura, carcinicultura, maricultura, hidrovias e rodovias – que os expõem de seus territórios e desorganizam suas culturas, seja empurrando-os para as favelas das periferias urbanas, seja forçando-os a conviver com um cotidiano de envenenamento e degradação de seus ambientes de vida. Se tais populações não-urbanas enfrentam tal chegada do estranho, outras, nas cidades, habitam as zonas de sacrifício, próximas às indústrias poluentes e aos sítios de despejos químicos que, por serem sintéticos, não são metabolizados pela natureza e, portanto, se acumulam. (Herculano, 2008. P. 16)

Nesse sentido, o Plano de Gestão Ambiental (PGA) do PROMABEN II se constitui como um dos principais instrumentos de monitoramento e mitigação das questões ambientais das áreas afetadas pelas obras de saneamento e drenagem da Bacia da Estrada Nova. Em sua formulação, o PGA apresenta um conjunto de metas e objetivos a serem executados, são eles

2. OBJETIVOS.

O Programa de Otimização Ambiental do Projeto Executivo tem por objetivo principal, minimizar os impactos ambientais inerentes à implantação, construção e à operação PROMABEN através de soluções de engenharia. O desenvolvimento do Projeto Executivo é um processo contínuo e extremamente dinâmico que se prolongará durante grande parte da fase de construção. Assim, é necessária a operacionalização de procedimentos e metodologias para sistematizar a incorporação de variáveis ambientais, garantindo que as implicações ambientais de decisões de engenharia sejam sempre avaliadas e que a minimização de impactos seja sempre priorizada, não somente na fase de detalhamento do Projeto Executivo, mas também em cada instância em que for necessário realizar modificações e/ou revisões do mesmo. A definição desse conjunto de procedimentos e metodologias também é objeto central do Programa de Otimização Ambiental do Projeto Executivo.

3. METAS.

- Garantir que, salvo em casos claramente justificados, todas as modificações de projeto posteriores à emissão da Licença de Instalação resultem em melhorias ambientais adicionais, resultando em efetiva redução de impactos com relação ao previsto no licenciamento da obra.
- Estabelecer procedimento para controle das alterações de projeto e notificação à SEMMA daquelas alterações que impliquem em modificações nas áreas de intervenção do mesmo. (Belém, 2013. P. 9)

No discurso oficial, o documento expressa um compromisso de sustentabilidade e com a mitigação do impacto das obras, no entanto, uma análise mais aprofundada, a luz do conceito de racismo ambiental, permite perceber que o PGA atua mais como um mecanismo de desigualdades do que como garantia de justiça socioambiental.

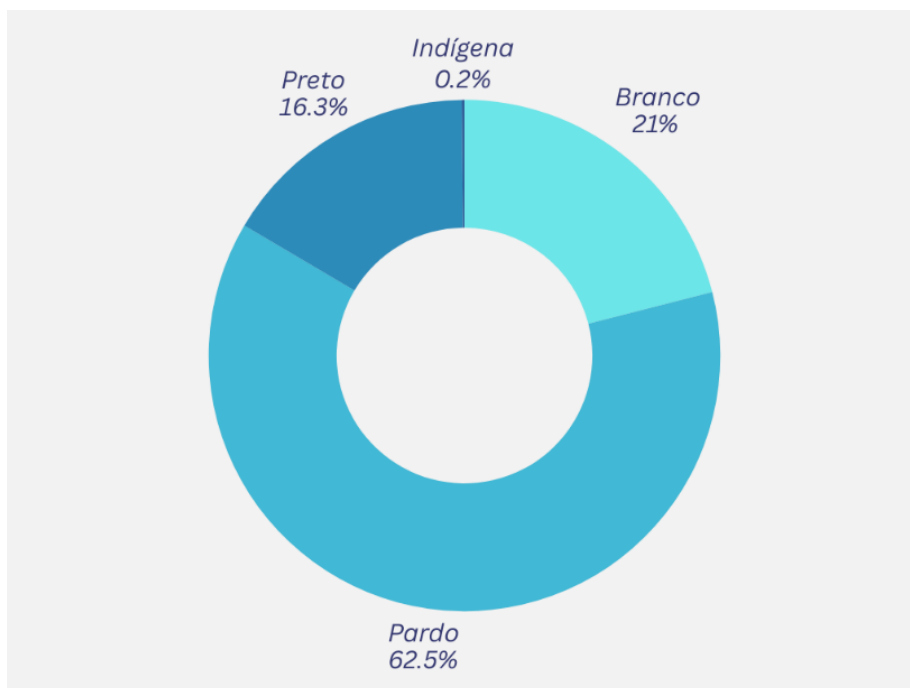
O racismo ambiental, deve ser entendido como a continuidade da lógica colonial (Souza; Silva. 2021), que trata os territórios periféricos e corpos racializados como zonas de sacrifício para acumulação de riqueza. No neoliberalismo, essa lógica se atualiza, os espaços de moradia de populações negras são transformados em áreas descartáveis, destinadas a suportar os custos socioambientais de projetos de modernização que beneficiam as elites locais. Assim, o Jurunas e outras baixadas de Belém aparecem no discurso de planejamentos como os grandes problemas urbanos, como temos visto diariamente na mídia.

Ao se observar o Jurunas a partir dessa perspectiva, conseguimos perceber que o bairro é historicamente atravessado por essas múltiplas dimensões do racismo. A concentração dessas famílias em áreas de baixada, sujeitas muitas vezes a alagamento, como acontece com frequência na Estrada Nova e vielas ao longo da Avenida, como o caso da Helena Dias é resultado de um processo histórico de segregação racial e espacial. As obras do PROMABEN, ainda que ofereçam algum grau de melhoria, não alteram a lógica estrutural que mantém essas populações em situação de vulnerabilidade.

3.3 mulheres chefes de família no PER

O Programa Específico de Remanejamento (PER) é responsável por elaborar, fiscalizar e garantir o processo de remanejamento populacional do PROMABEN, que acontece a mais de uma década na Avenida Bernardo Sayão. O processo de remanejamento populacional, como o que ocorre na Bacia da Estrada Nova incide de maneira desigual sobre diferentes grupos sociais.

Gráfico 1. População residente nos imóveis residenciais e mistos no trecho IV segundo as características de cor/raça/ etnia na Sub-Bacia II da BHEN



Fonte: UCP/PROMABEN (2021), elaborado e adaptado a partir do Diagnóstico Socioambiental Económico e Institucional (2021).

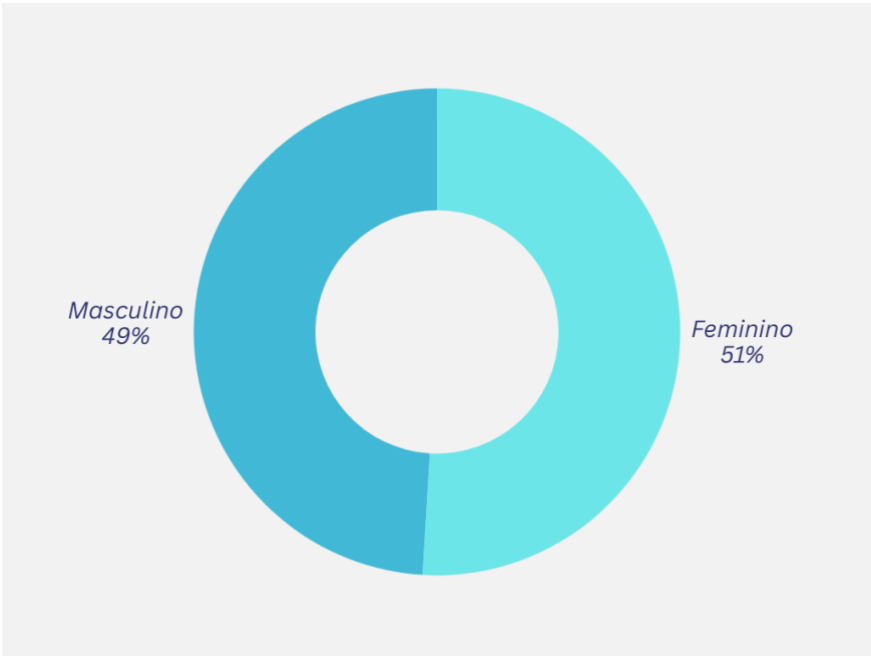
Os dados mostram uma diferença entre o grupo social que mais é afetado por essas obras, no gráfico, percebemos que existe um percentual muito mais alto de pessoas racializadas nesses espaços, com 68% de pessoas que se autodeclaram pardas, 11% pretas, 20% brancas e indígenas com uma porcentagem de 1%. Sendo assim, nota-se que as áreas afetadas pelo programa são fundamentalmente formadas por pessoas pretas e pardas representam quase 4/5 da população, totalizando 79%. Essa porcentagem também se dá muito pelo fato que, conhecido a história da ocupação dessas baixadas ao redor da estrada nova, muitas das pessoas vieram de áreas ribeirinhas e quilombolas. Posto isto, é preciso fazer uma análise interseccional, que considere simultaneamente gênero, raça e classe, para compreender como essas transformações urbanas impactam mulheres, especialmente aquelas que assumem a chefia de seus domicílios.

Tabela 3. População residente nos imóveis residenciais e mistos do trecho IV, segundo gênero, na Sub-Bacia II da BHEN.

GÊNERO	TOTAL	%
Feminino	291	48,50
Masculino	309	51,50
Total	600	100

Fonte: UCP/PROMABEN (2021), elaborado e adaptado a partir do Diagnóstico Socioambiental, Econômico e Institucional (2021).

Gráfico 2. Chefes de família dos imóveis residenciais e mistos do trecho IV, segundo o gênero, na Sub-Bacia II da BHEN.



Fonte: UCP/PROMABEN (2021), elaborado e adaptado a partir do Diagnóstico Socioambiental, Econômico e Institucional (2021).

As tabelas apresentadas permitem observar o perfil populacional das áreas afetadas, considerando a quantidade de imóveis, o gênero e a chefia familiar. No total, foram identificadas 291 mulheres, o que corresponde a 48,5% da população residente nas sub-bacias I e II. Em relação à chefia das famílias, verifica-se que, dos 179 imóveis registrados (tabela da página 35), 51,5% possuem chefia feminina, enquanto 49% estão sob responsabilidade masculina.

Tabela 4. Chefe da família em coabitação dos imóveis residenciais e mistos do trecho IV, segundo o gênero, na Sub-Bacia II da BHEN.

GÊNERO	TOTAL	%
Feminino	16	48,48
Masculino	17	51,51
Total	33	100

Fonte: UCP/PROMABEN (2021), elaborado e adaptado a partir do Diagnóstico Socioambiental, Econômico e Institucional (2021).

É importante ressaltar também que apesar dos números mostrarem um percentual significativo das famílias atingidas pelas obras serem chefiadas por mulheres, existem empecilhos que dificultam ainda mais essa responsabilidade.

A chefia masculina ainda se faz em condições mais favoráveis a feminina, pois homens possuem remunerações mais elevadas, mesmo que para os mesmos cargos desempenhados por mulheres, além de contarem em maior número com cônjuges, nas condições de coparticipantes financeiramente, ou responsáveis pela maioria das atividades econômicas. (Belém, p. 35. 2013)

A chefia feminina, no contexto dos reassentamentos, não é um dado isolado, está ligada a trajetória de vida marcada por desigualdades estruturais, inserção precária no mercado de trabalho, sobrecarga de responsabilidades domésticas e maternidade muita das vezes exercida de forma solitária. O que se observa, diante da presença expressiva de mulheres chefes de

família é um fenômeno associado a redes de apoio informal, principalmente porque, entre homens e mulheres, as mulheres estão em maior número ocupando lugares em trabalhos informais, além da centralidade feminina na organização doméstica e ao papel ativo dessas mulheres na gestão de relações comunitárias. Entretanto, quando há processos de deslocamento compulsório, como no caso do remanejamento, essas redes se fragilizam, impactando diretamente na capacidade de reprodução social dessas famílias.

No caso da Bacia da Estrada Nova, as chefes de família se concentram nas faixas de renda mais baixa, com predominância de ocupações informais ligadas ao comércio e ao trabalho doméstico (Belém, 2013). O deslocamento territorial, ao romper com essas redes de conexão, aumenta a vulnerabilidade econômica dessas mulheres.

A análise marxista do trabalho reprodutivo, articulada às contribuições de Federici (2012) e Vergès (2020), evidencia que essas mulheres sustentam não apenas suas famílias, mas também o funcionamento da sociedade, mantendo ativos os espaços urbanos, econômicos e sociais. Durante a pandemia de COVID-19, essa realidade tornou-se ainda mais evidente, expondo os riscos enfrentados por mulheres negras e imigrantes e ilustrando concretamente a necropolítica descrita por Mbembe (2003), na qual certas vidas são estruturadas como descartáveis para o funcionamento da sociedade.

No contexto da Bacia da Estrada Nova, o Programa Específico de Remanejamento (PER), intensificado em razão da COP 30, revela como políticas urbanas podem reproduzir desigualdades históricas de gênero, raça e classe. Mulheres negras e pardas, muitas vezes chefes de família, são desproporcionalmente impactadas pelo deslocamento, seja de suas casas, comércios ou redes de apoio, sofrendo ainda mais com a precarização econômica e a exploração da mão de obra feminina e racializada.

Conclusão

A trajetória urbana de Belém revela que as reformas e intervenções no espaço da cidade, desde o período colonial até as obras recentes associadas a COP30, obedecem a uma lógica histórica de exclusão. Desde sua fundação, marcada pela ocupação da coroa portuguesa e defesa militar, instituiu um modelo de ocupação que privilegiou as áreas altas e salubres, destinado as áreas altas e salubres, destinando as várzeas às populações negras, indígenas e pobres. Essa divisão espacial inicial não apenas organizou o território, mas também produziu hierarquias que se mantêm, sob novas roupagens, nas políticas de modernização contemporânea.

As sucessivas reformas urbanas, da Primeira Léguas Patrimonial ao Programa de Saneamento da Estrada Nova (PROMABEN), reiteram um padrão de intervenção que associa progresso a remoção de populações periféricas. Em todos esses momentos, o discurso de modernização foi sustentado por uma visão higienista de cidade, na qual o embelezamento e a valorização imobiliária se sobrepõem as condições de vida e a permanência dos moradores das baixadas. A reconfiguração urbana de Belém, portanto, não decorre da ausência de planejamento, mas de um projeto de cidade que, historicamente, opera essa exclusão.

No contexto atual, a realização da COP30 intensifica esses processos, as obras do PRPMABEN, aceleradas pela visibilidade internacional do evento, reafirmam a contradição entre o discurso da sustentabilidade e a prática da expulsão. A chamada “requalificação” das áreas ribeirinhas traduz-se em uma modernização seletiva que transforma modos de vida que se construíram durante todo o processo de formação das baixadas, bem como transformam os usos tradicionais do rio em produto estético viltado ao turismo.

Essa análise permite compreender que o racismo ambiental e a desigualdade de gênero não são efeitos secundários dessas intervenções, mas dimensões estruturantes do modo como a cidade é planejada e governada. As mulheres chefes de família, muitas delas negras e periféricas, figuram entre grupos mais afetados pelos reassentamentos e pela desestruturação das redes de solidariedade, o que reforça a necessidade de inserir a perspectiva de gênero e raça no debate urbano.

Por fim, mais do que oferecer respostas definitivas, esta pesquisa busca abrir caminhos para novas leituras sobre o urbano amazônico. Compreender as reformas urbanas de Belém é, em última instância, compreender os conflitos que atravessam a própria ideia de cidade: entre o que se mostra e o que se esconde, entre o que se constrói e o que se remove, entre paisagem planejada e cotidiano vivido.

REFERÊNCIAS

- ABELÉM, A. G. *Urbanização e remoção: por que e para quem?* Belém: NAEA, 2018.
- BELÉM (Município). *Lei nº 7.055, de 30 de dezembro de 1977. Dispõe sobre o Código de Posturas do Município de Belém*. Belém: Câmara Municipal, 1977.
- BELÉM (Município). *Plano Diretor do Processo de Relocalização de População e Atividades Econômicas – PDR*. Programa de Saneamento da Bacia da Estrada Nova (PROMABEN). Belém: Prefeitura Municipal de Belém, 2009.
- BELÉM (Município). Prefeitura Municipal. *Plano Específico de Reassentamento – PER: Avenida Bernardo Sayão e Ilha Bela – Sub-Bacias I e II da Bacia Hidrográfica da Estrada Nova*. Belém: Prefeitura Municipal de Belém, Unidade Coordenadora do Programa – UCP, 2022.
- CARDOSO, A.; MIRANDA, T.; ROCHA, P. Da degradação a elitização: processos de exclusão social e ambiental em Belém. *Revista Terceira Margem Amazônia*, v. 2, n. 7, p. 139-166, jul./dez. 2016.
- CARULA, K.; ARIZA, M. B. A. *Escravidão e maternidade no mundo atlântico: corpo, saúde, trabalho, família e liberdade nos séculos XVIII e XIX*. Niterói: Eduff, 2022.
- CRUZ, S. H. R.; SOARES, P. P. M. A.; CARDOSO, W. S. Belém (PA): contradições sociais do e no planejamento urbano. *Revista de Políticas Públicas*, v. 22, n. especial, 2018.
- DA MATA, Daniel; LALL, Somik V.; WANG, Hyoung Gun. Favelas e dinâmica das cidades brasileiras. *Ensaio de economia regional e urbana*, p. 47-64, 2008.
- FOLHA DE S.PAULO. Sede da COP30, Belém é a capital mais favelizada do Brasil. Folha de S.Paulo, São Paulo, 8 nov. 2024. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2024/11/sede-da-cop-30-belem-e-a-capital-mais-favelizada-do-brasil.shtml>. Acesso em: 27 ago. 2025.
- G1. Após dez anos, promotores cobram entrega de casas do Portal da Amazônia em Belém. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2019/05/08/apos-dez-anos-promotores-cobram-entrega-de-casas-do-portal-da-amazonia-em-belem.ghtml>. Acesso em: 22 maio 2025.
- GOMES, Marcos Aurélio A. de Filgueiras. *Escravidão e cidade: notas sobre a ocupação da periferia de Salvador no século XIX*. Revista de Urbanismo e Arquitetura, América do Norte, 3, set. 1990. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/1352>. Acesso em: 27 ago. 2025.
- GONZALEZ, L. Racismo e sexismo na cultura brasileira. *Ciências Sociais Hoje*, v. 2, n. 1, p. 223-244, 1984.
- HARVEY, D. Do gerenciamento ao empresariamento: a transformação da administração urbana no capitalismo tardio. *Espaços & Debates*, n. 39, p. 48-64, 1996.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Censo Demográfico 2010: população residente por município – Região Metropolitana de Belém*. Rio de Janeiro: IBGE, 2011.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Censo Demográfico 2022: resultados da população por município – Região Metropolitana de Belém*. Rio de Janeiro: IBGE, 2023.
- LEÃO, M. B. M. S. Projeto Portal da Amazônia: contradições na orla de Belém/PA. *Anais do ENANPUR*, v. 15, n. 1, 2013.
- LEFEBVRE, H. *O direito à cidade*. Tradução de Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001.
- LIMA, J. J.; MOYSÉS, A. (Orgs.). *Como andam Belém e Goiânia*. Rio de Janeiro: Letra Capital; Observatório das Metrôpoles, 2009.

- LIMA, M. Famílias remanejadas pelo Promaben conhecem o Residencial Maracaruera I. *Agência Belém*, Belém, 27 set. 2021. Disponível em: <https://agencia.belem.pa.gov.br/familias-remanejadas-pelo-promaben-conhecem-o-residencial-maracaruera-i/>. Acesso em: 20 ago. 2025.
- LOBATO, L. H. N. Da Belle Époque à COP-30: a segregação e injustiça socioambiental nas reformas urbanas entre centro e baixadas de Belém. 2024.
- MARICATO, E. *Metrópole na periferia do capitalismo*. São Paulo: Hucitec, 1977.
- MBEMBE, A. *Necropolítica*. São Paulo: N-1, 2018.
- MENDES, L. A. S. A geografia-histórica da região metropolitana de Belém. *Revista Espacialidades*, v. 14, n. 1, p. 10-39, 2018.
- NEVES, Ivânia dos Santos. *Mairi, terra de Maíra: a ancestralidade indígena eclipsada em Belém*. Policromias – Revista do Discurso, Imagem e Som, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 178–205, jan./abr. 2022
- PEIXOTO, R.; SILVA, J. Segregação racial na orla de Belém: os portos públicos da Estrada Nova e o Ver-o-Peso. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, v. 11, n. 3, p. 563-579, set./dez. 2016.
- PENTEADO, A. *Belém – Estudos de Geografia Urbana*. Coleção Amazônica. Belém: Universidade Federal do Pará, 1968.
- PESSOA, C. F. F. et al. O lago virou canal: desigualdade ambiental nas entrelinhas do saneamento básico em uma baixada de Belém. 2024.
- PINHEIRO, A. C. L. et al. Assentamentos precários na Região Metropolitana de Belém: baixadas e ocupações. 2016.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM. *Portal da Amazônia: Programa Viver Belém – Habitação*. [S. l.: s. n.], [s.d.]. Disponível em: <https://habitacao.belem.pa.gov.br/programa-viver-belem/empreendimentos/portal-da-amazonia/>. Acesso em: 22 ago. 2025.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM. *Programa Viver Belém – Empreendimentos – Portal da Amazônia*. [S. l.: s. n.], [s.d.]. Disponível em: <https://habitacao.belem.pa.gov.br/programa-viver-belem/empreendimentos/portal-da-amazonia/>. Acesso em: 22 maio 2025.
- RIBEIRO, A. Do rio à cidade: a (re)produção de uma identidade ribeirinha no bairro do Jurunas em Belém – PA. In: *XXI Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional*, Belém, 2007. Anais [...]. p. 1-20.
- RODRIGUES, C. Sociabilidade e construção de identidades em espaço urbano em Belém-Pará. In: *XXI Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional*, Belém, 2007. Anais [...]. p. 1-19.
- RODRIGUES, C. *Vem do bairro do Jurunas: sociabilidade e construção de identidades entre ribeirinhos em Belém-PA*. 2006. Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2006.
- ROY, A. Cidades faveladas: repensando o urbanismo subalterno. *Revista e-metropolis*, n. 31, [s.d.].
- SALLES, Vicente. *Memorial da Cabanagem: esboço do pensamento político-revolucionário no Grão-Pará*. Belém: Edições CEJUP, 1992.
- SANTOS, G. Saneamento básico e desigualdades socioespaciais na cidade de Belém – PA. In: *Anais do JOINPP*, 2021.
- SILVA, J. M Palheta da (org.). *Análises geográficas e impactos antropogênicos na Belém dos 400 anos*. Belém: EDUFPA, 2016. p. 184–199.

SILVA, J. S.; PEIXOTO, R. C. D. Gentrificação e resistência popular nas feiras e portos públicos da Estrada Nova em Belém (PA). *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, v. 10, n. 3, p. 681-697, set./dez. 2015.

TRINDADE JÚNIOR, S. C.; LENCIONI, S. A cidade dispersa: os novos espaços de assentamentos em Belém e a reestruturação metropolitana. 1998.

VERGÈS, F. *Um feminismo decolonial*. São Paulo: Ubu Editora, 2020.